

Q1.

Em meio a catástrofes ambientais causadas pela ação do homem, aumento de doenças físicas e mentais nos centros urbanos e intolerância às diferenças sociais, religiosas e culturais, sobressai, das entranhas do Brasil, um modelo saudável de harmonia entre homens e natureza: o Parque Indígena do Xingu, criado há 55 anos.

Essa experiência nacional, que oferece lições de respeito e de resiliência aos problemas enfrentados pelo dito mundo civilizado, é prova de que a ideia dos índios como seres primitivos está superada. Eles desenvolvem culturas riquíssimas e conhecimentos interessantíssimos de tecnologia leve – de clima, solo, espécies, plantas.

(Adaptado de Planeta/abr.2016, p.19.)

As informações do texto acima permitem concluir que

- A) a concepção do índio como ser primitivo é equivocada e obsoleta.
- B) modelos saudáveis de harmonia entre o ser humano e a natureza são incompatíveis com a urbanização.
- C) a humanidade é a causadora da maioria das catástrofes ambientais.
- D) os centros urbanos se caracterizam pela disseminação incessante de endemias e de doenças mentais.
- E) as práticas sociais dos indígenas do Xingu fundamentam-se no respeito à natureza e no conformismo diante de desastres naturais.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Pontuação

Q2.

Assinale o trecho em que foram plenamente atendidas as regras de emprego dos sinais de pontuação.

- A) No Brasil, a função do índio romântico foi significativa e extravasou do campo da literatura. Já inexistente nas regiões civilizadas, o índio se tornou a imagem ideal, que permitia, a identificação do brasileiro com o sonho de originalidade e de passado honroso; além de contribuir para reforçar o sentimento de unidade nacional.
- B) Como escreveu Roger Bastide, o índio romântico serviu de álibi para se conceituar, de maneira confortadora, a mestiçagem, que lhe foi atribuída estrategicamente. A mestiçagem com o negro, mais frequente, era considerada humilhante em virtude da escravidão.
- C) O indianismo criou um antepassado mítico a quem foram atribuídas arbitrariamente virtudes convencionais, incluindo-se, as relacionadas ao

cavaleiro medieval, tão em voga, na literatura romântica.

- D) Até hoje é geral, o uso de prenomes e sobrenomes indígenas, não raro tomados de textos literários; a própria Monarquia ao distribuir títulos de sua nobreza improvisada, associou-os à convenção nativista, em combinações pitorescas como: barão de Pindamonhangaba, marquês de Quixeramobim...
- E) **Função paralela à do índio, foi exercida no Romantismo, pela exaltação à natureza. Com efeito, na falta de uma ilustre tradição local que permitisse evocar paladinos e varões sábios desde a Antiguidade (como ocorria na Europa) a natureza brasileira entrou, de certo modo, em seu lugar como motivo de orgulho.**

(Adaptado de O Romantismo no Brasil, de Antonio Candido, p.88.)

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Ortografia

Fonte: CONTADOR / FUNAI / 2016 / ESAF

Q3.

A mata preservada do Parque Indígena do Xingu segue privilegiando [1] os chamados “serviços sistêmicos”. A natureza contribue [2] para o equilíbrio do clima e o bem-estar [3] das pessoas, seja na forma de umidade do ar, que leva chuva pelo Brasil a fora [4], seja na manutenção da biodiversidade, da polinização, da absorção [5] de carbono.

(Adaptado de Planeta/abr.2016, p.20.)

Assinale a opção cujo número corresponde ao segmento corretamente grafado.

- A) 1
- B) 2
- C) 3
- D) 4
- E) 5

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Semântica

Fonte: CONTADOR / FUNAI / 2016 / ESAF

Q4.

Os trechos abaixo constituem um texto, mas estão desordenados. Ordene-os de forma a comporem um texto coeso e coerente. A seguir, assinale a opção correta.

() Com esse objetivo, uma equipe do ISA, composta de 50 integrantes, presta assessoria aos índios sobre questões burocráticas, trabalhos de vigilância e geração de renda, defesa e segurança do território, visando, entre outras coisas, a apoiá-los no desenvolvimento de atividades sustentáveis.

() Meio século depois da criação do Parque Indígena do Xingu, os índios provam diariamente sua

autonomia. Várias aldeias e etnias se organizaram em associações, que desenvolvem projetos e levantam recursos para resolver questões internas e externas.

() O coordenador adjunto do Programa Xingu do Instituto Socioambiental (ISA) informa que o eixo principal de atuação desse Instituto é contribuir para a solução dessas questões e para a efetiva apropriação do parque pelos índios, de modo a evitar que o assédio do mundo externo os induza a práticas prejudiciais ao meio ambiente, como venda de peixes, madeira e areia, em condições ambientais inadequadas.

() De 2007 até hoje, já foram vendidas 150 toneladas dessas sementes, empregadas no reflorestamento ao longo dos rios da bacia do Xingu. Além da atuação positiva em favor do meio ambiente, os índios agem de modo cada vez mais eficaz na defesa e segurança do seu território.

() Como resultado dessa assessoria e da atitude afirmativa dos xinguanos, estes passaram a comercializar diferentes tipos de pimenta, mel e sementes florestais, com resultados expressivos de geração de renda. Isso é importante, já que, nesse processo, os índios incorporaram bens de consumo ao seu dia a dia e querem dinheiro para comprar, entre outras coisas, roupas, sabão em pó, panela, barco motorizado.

(Adaptado de Planeta/abr.2016, p.22-3.)

- A) 3 – 1 – 2 – 5 – 4
- B) 4 – 3 – 1 – 5 – 2
- C) 5 – 4 – 2 – 3 – 1
- D) 2 – 4 – 1 – 3 – 5
- E) 3 – 5 – 4 – 2 – 1

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Morfologia

Fonte: TÉCNICO ADMINISTRATIVO / ANAC / 2016 / ESAF

Q5.

Se você é um passageiro frequente, certamente já passou por uma turbulência. A pior da minha vida foi no meio do nada, sobrevoando o Atlântico, e durou uma boa hora. Já que estou aqui escrevendo esse artigo, sobrevivi.

A turbulência significa que o avião vai cair? Ok, sabemos que não. Apesar de também sabermos que o avião é a forma mais segura de viagem, não é tão fácil lembrar disso em meio a uma turbulência. Então, não custa lembrar que, mesmo quando o ar está "violento", é impossível que ele "arremesse" o avião para o chão.

<<http://revistagalileu.globo.com/Tecnologia/noticia/2015/07/turbulencia-dos-avioes-e-perigosa.html>> Acesso em: 15/12/2015 (com adaptações).

A expressão sublinhada em "Já que estou escrevendo esse artigo, sobrevivi" tem sentido de

- A) conformidade.
- B) conclusão.
- C) causa.
- D) dedução.
- E) condição.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Sintaxe

Fonte: CONTADOR / FUNAI / 2016 / ESAF

Q6.

Indique o conector que corretamente pode ocupar a posição inicial do período abaixo, assinalada por [...].

[...] as principais investidas contra a identidade dos índios e a integridade do Parque Indígena do Xingu surgem na forma de projetos de hidrelétricas e de leis que preveem mineração nas reservas e demarcação de terras indígenas, os xinguanos mantêm intensa mobilização política para defender seus direitos e fazer a sociedade atual reconhecer as contribuições que eles podem oferecer-lhe.

- A) Conquanto
- B) Porquanto
- C) Como
- D) Embora
- E) Por mais que

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Espanhol / Interpretação de Textos

Fonte: ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - GERÊNCIA DE PROJETOS E GOVERNANÇA DE TI / MPOG / 2015 / ESAF

Q7.

El ejemplo fiscal de los municipios

La Comisión Nacional de Administración Local (CNAL), que reúne al ministro de Hacienda con los representantes de los ayuntamientos, fijó ayer los objetivos de déficit fiscal que deberán cumplir las corporaciones locales para 2016-2018. Los municipios deberán cerrar cada ejercicio con sus cuentas en equilibrio, pero todo apunta a que lograrán hacerlo en superávit, como ya ocurrió el año pasado. Cristóbal Montoro confía en que ese excedente se cifre de nuevo en el 0,5% del PIB –5.000 millones– y contribuya a alcanzar así el objetivo de estabilidad del conjunto de las Administraciones Públicas. El esfuerzo de los ayuntamientos españoles en cuanto al saneamiento de sus cuentas se ha ido extendiendo año a año hasta englobar prácticamente a la totalidad de los consistorios. Si en 2013, el 80% cerraron el ejercicio en números verdes, en 2014 ese porcentaje llegaba ya al 90%. Hoy son pocos los que se hallan en dificultades financieras y, de ellos, solo unos 10 o 20 se corresponden con localidades de tamaño mediano. Todo

ello hace plausible que vuelvan a compensar el más que probable incumplimiento por parte de las comunidades autónomas, que siguen arrastrando serios problemas de indisciplina fiscal.

Aún así, el mapa político dibujado por las elecciones del pasado 24 de mayo puede afectar a este panorama de bonanza local. Por ello, Montoro ha recordado a los alcaldes que los nuevos equipos consistoriales tienen la obligación, sea cual sea su color político, de comprometerse con la consolidación presupuestaria. Un compromiso que no nace de un programa político, sino de una norma de rango legal –la Ley de Estabilidad Presupuestaria– y de las obligaciones impuestas por Bruselas. En la reunión de ayer se estableció que el nivel de deuda pública de los ayuntamientos se sitúe entre el 3,5% y el 3% en los próximos tres años en un escenario en el que cuatro de cada diez municipios no deben ningún euro. Todo ello ha servido de argumento a los consistorios para pedir al Gobierno más flexibilidad en materia de gasto y la posibilidad de emplear el superávit fiscal no solo en amortizar la deuda, sino también en aumentar los servicios sociales.

(Adaptado de Cinco Días, 14/7/15, en línea: http://cincodias.com/cincodias/2015/07/09/economia/1436465998_225494.)

En el texto se dice que la CNAL:

- A) la integran representantes de las alcaldías y el ministro de Hacienda.
- B) busca controlar el aumento de la evasión fiscal.
- C) reúne a funcionarios de Hacienda con representantes de los municipios.
- D) fue creada por la Ley de Estabilidad Presupuestaria.
- E) es un instrumento de fiscalización e intervención tributaria.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Inglês / Interpretação de Textos

Fonte: TÉCNICO EM REGULAÇÃO DE AVIAÇÃO CIVIL / ANAC / 2016 / ESAF

Q8.

Text 1

Welcome to the Drone Age

THE scale and scope of the revolution in the use of small, civilian drones has caught many by surprise. In 2010 America's Federal Aviation Authority (FAA) estimated that there would, by 2020, be perhaps 15,000 such drones in the country. More than that number are now sold there every month. And it is not just an American craze. Some analysts think the number of drones made and sold around the world this year will exceed 1 million. In their view, what is now happening to drones is similar to what happened to personal computers in the 1980s, when Apple launched the Macintosh and IBM the PS/2, and such machines went from being hobbyists' toys to business essentials.

That is probably an exaggeration. It is hard to think of a business which could not benefit from a PC, whereas many may not benefit (at least directly) from drones. But the practical use of these small, remote-controlled aircraft is expanding rapidly. These involve areas as diverse as agriculture, land-surveying, film-making, security, and delivering goods. Other roles for drones are more questionable. Their use to smuggle drugs and phones into prisons is growing. Instances have been

reported in America, Australia, Brazil, Britain and Canada, to name but a few places. In Britain the police have also caught criminals using drones to scout houses to burgle. The crash of a drone on to the White House lawn in January highlighted the risk that they might be used for acts of terrorism. And in June a video emerged of a graffiti artist using a drone equipped with an aerosol spray to deface one of New York's most prominent billboards.

How all this activity will be regulated and policed is, as the FAA's own flat-footed response has shown, not yet being properly addressed. There are implications for safety (being hit by an out-of-control drone weighing several kilograms would be no joke); for privacy, from both the state and nosy neighbours; and for sheer nuisance—for drones can be noisy. But the new machines are so cheap, so useful and have so much unpredictable potential that the best approach to regulation may simply be to let a thousand flyers zoom.

[Source: The Economist September 26th 2015- adapted]

As used in the text, the word "drone" is best defined as

- A) a high-pitched noise which can cause serious annoyance.
- B) an unmanned flying machine that has many possible uses.
- C) an object used exclusively by criminals for nefarious purposes.
- D) a multi-purpose flying aid designed for film-makers and artists.
- E) an unstoppable bore which probably needs to be banned.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Raciocínio Lógico-quantitativo / Estruturas Lógicas; Lógica de Argumentação; Diagramas Lógicos

Fonte: CONTADOR / FUNAI / 2016 / ESAF

Q9.

Seja NE a abreviatura de Nordeste. A negação de "O Piauí faz parte do NE ou o Paraná não faz parte do NE" é:

- A) o Piauí não faz parte do NE.
- B) o Paraná faz parte do NE.
- C) o Piauí não faz parte do NE ou o Paraná faz parte do NE.
- D) o Piauí não faz parte do NE e o Paraná faz parte do NE.
- E) o Piauí e o Paraná fazem parte do NE.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Raciocínio Lógico-quantitativo / Geometria Básica; Trigonometria

Fonte: CONTADOR / FUNAI / 2016 / ESAF

Q10.

O triângulo I tem base b e altura h . O triângulo II tem base 25% maior e altura 20% menor que o triângulo I. A base do triângulo III é $1,25b$ e a altura é $0,8h$. Pode-se afirmar que:

- A) a área do triângulo I é maior que a área do triângulo II.

- B) a área do triângulo II é menor que a área do triângulo III.
- C) os triângulos II e III têm a mesma área que é maior que a área do triângulo I.
- D) os triângulos II e III têm a mesma área que é menor que a área de triângulo I.
- E) os três triângulos têm a mesma área.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Raciocínio Lógico-quantitativo / Matrizes e Determinantes

Fonte: TÉCNICO ADMINISTRATIVO / ANAC / 2016 / ESAF

Q11.

Dada a matriz

$$A = \begin{pmatrix} 2 & 1 & 3 \\ 1 & 1 & 1 \\ 0 & 1 & 4 \end{pmatrix}$$

, o determinante da matriz $2A$ é igual a

- A) 40.
- B) 10.
- C) 18.
- D) 16.
- E) 36.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Raciocínio Lógico-quantitativo / Álgebra elementar

Fonte: ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL / MPOG / 2008 / ESAF

Q12.

Sabe-se que os números x , y e z são números racionais. Sabe-se, também, que $z =$

$$\frac{x - 2\sqrt{3}}{3 - y\sqrt{3}}$$

Com essas informações, conclui-se que:

- A) $x \cdot y = -6$
- B) $x + y = 6$
- C) $x \cdot y = 0$
- D) $\frac{x}{y} = 6$
- E) $x \cdot y = 6$

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Fonte: CONTADOR / FUNAI / 2016 / ESAF

Q13.

Em uma cidade, 40% dos adultos são obesos, 45% dos adultos obesos são mulheres e 50% dos adultos não obesos são mulheres. Indique qual a probabilidade de que uma pessoa adulta da cidade escolhida ao acaso seja uma mulher.

- A) 0,48
- B) 0,49
- C) 0,50
- D) 0,51
- E) 0,52

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Raciocínio Lógico-quantitativo / Juros Simples e Compostos, Taxas de Juros e Desconto

Fonte: ASSISTENTE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO / Ministério da Fazenda / 2014 / ESAF

Q14.

O capital de R\$ 10.000,00 foi aplicado por 6 meses, à taxa de juros compostos de 6% ao semestre, com juros capitalizados trimestralmente. Calcule o montante dessa aplicação.

- A) R\$10.600,00
- B) R\$10.615,00
- C) R\$10.620,00
- D) R\$10.612,00
- E) R\$10.609,00

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Raciocínio Lógico-quantitativo / Raciocínio matemático / Conjuntos numéricos racionais e reais

Fonte: ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - GERÊNCIA DE PROJETOS E GOVERNANÇA DE TI / MPOG / 2015 / ESAF

Q15.

Considerando-se os números:

$$a = ((2^{40})^{\sqrt{2}})^{1/4}; b = (((3^{20})^{\sqrt{2}/2})^2) \text{ e } c = (7^{10})^{-8 \sqrt{2}/2}^{-1/2}$$

pode-se, com certeza, afirmar que:

- A) $a < b < c$ e o produto entre eles é igual a $(42)^{20 \sqrt{2}}$
- B) $a > b > c$ e a soma deles é igual a $(20)^{10 \sqrt{2}}$
- C) $a < b < c$ e o produto entre eles é igual a $(42)^{-20 \sqrt{2}}$
- D) $a > b > c$ e a soma deles é igual 0
- E) $a < b < c$ e o produto entre eles é igual a 1

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Raciocínio Lógico-quantitativo / Raciocínio matemático / Números e grandezas proporcionais; regra de três simples e composta

Fonte: TÉCNICO ADMINISTRATIVO / ANAC / 2016 / ESAF

Q16.

Para pintar um muro, três pintores gastam oito horas. Trabalhando num ritmo 20% mais lento, a quantidade de horas que cinco pintores levarão para pintar esse mesmo muro é igual a

- A) 4.
- B) 6.
- C) 5.
- D) 8.
- E) 7.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Raciocínio Lógico-quantitativo / Raciocínio matemático / Razão e proporção; divisão proporcional; porcentagem

Fonte: CONTADOR / FUNAI / 2016 / ESAF

Q17.

Em uma cidade, 40% dos adultos são obesos, 45% dos adultos obesos são mulheres e 50% dos adultos não obesos são mulheres.

Considerando os dados da questão indique qual a proporção de mulheres adultas que são obesas.

- A) 5/8
- B) 52%
- C) 3/8
- D) 11/26
- E) 45%

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Raciocínio Lógico-quantitativo / Raciocínio sequencial

Fonte: AGENTE DA FAZENDA / SMF - Pref. Rio de Janeiro/RJ / 2010 / ESAF

Q18.

A partir da lei de formação da sequência 1, 1, 2, 3, 5, 8, 13, 21, ..., calcule o valor mais próximo do quociente entre o 11° e o 10° termo.

- A) 1,732.
- B) 1,667.
- C) 1,618.
- D) 1,414.
- E) 1,5.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Raciocínio Lógico-quantitativo / Orientação espacial e temporal; Formação de conceitos; discriminação de elementos

Fonte: AGENTE DE DEFENSORIA PÚBLICA - PROGRAMADOR / DPE/SP / 2015 / FCC

Q19.

Tarzan, o cachorro de Matilde nasceu no dia 12 de setembro de 2009 e morreu no dia 07 de janeiro de 2015, uma quarta-feira. Nesse período, o único ano bissexto foi 2012 (ano com 366 dias). Tarzan, o cachorro de Matilde, nasceu em

- A) um domingo.
- B) uma quinta-feira.
- C) uma terça-feira.

- D) um sábado.
- E) uma segunda-feira.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Princípios fundamentais da Constituição de 1988

Fonte: TÉCNICO ADMINISTRATIVO / ANAC / 2016 / ESAF

Q20.

Considerando o disposto no texto constitucional, a Administração Pública direta e indireta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá a alguns princípios, exceto:

- A) legitimidade.
- B) publicidade.
- C) moralidade.
- D) impessoalidade.
- E) eficiência.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Direitos e deveres individuais e coletivos

Fonte: CONTADOR / FUNAI / 2016 / ESAF

Q21.

Sobre a temática dos Direitos e Garantias Fundamentais, assinale a opção correta.

- A) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei complementar estabelecer.
- B) É livre a manifestação de pensamento, sendo permitido o anonimato.
- C) Aos autores pertence o direito exclusivo da utilização, publicação ou reprodução de suas obras, não transmissíveis aos herdeiros.
- D) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- E) A lei não pode restringir a publicidade dos atos processuais.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Direitos sociais

Fonte: TÉCNICO ADMINISTRATIVO / ANAC / 2016 / ESAF

Q22.

Considera-se direito dos trabalhadores urbanos e rurais, nos termos da Constituição Federal:

- A) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 anos de idade em creches e pré-escolas.
- B) remuneração do serviço extraordinário superior, no máximo, em cinquenta por cento à do normal.
- C) aviso prévio proporcional tendo como base o valor do vencimento básico.
- D) repouso semanal remunerado aos domingos.

- E) irredutibilidade do salário, exceto o que dispuser o contrato de trabalho.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Nacionalidade brasileira

Fonte: ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO DE AVIAÇÃO CIVIL - ÁREA 1 / ANAC / 2016 / ESAF

Q23.

A respeito da disciplina da nacionalidade brasileira, é correto afirmar:

- A) perde-se a nacionalidade brasileira originária com o casamento com estrangeiro e domicílio no exterior.
- B) existem cargos privativos de brasileiros natos no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- C) perde-se a nacionalidade brasileira derivada com o decurso de prazo sem domicílio no Brasil.
- D) a lei pode estabelecer distinção justificada entre os brasileiros natos e naturalizados.
- E) o Brasil não segue o critério da filiação para concessão de nacionalidade originária.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / A organização nacional / União

Fonte: AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - AFRFB / Receita Federal / 2014 / ESAF

Q24.

Com relação aos bens da União e dos Estados, é correto afirmar que:

- A) a faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, a longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas por Resolução do Senado Federal.
- B) os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva pertencem à União, sendo assegurada, nos termos da lei, a outras unidades federativas, a participação no resultado da exploração de petróleo, gás natural e outros recursos minerais e de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica.
- C) em razão de sua localização, as ilhas oceânicas e costeiras são de propriedade da União, sem exceção.
- D) pertencem aos Estados as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos localizados dentro de suas respectivas áreas territoriais.
- E) a exploração de recursos minerais de qualquer espécie será objeto de autorização conjunta da União e do Estado quando os recursos estiverem localizados em área territorial do Estado.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / A organização nacional / Estados e Distrito Federal

Fonte: ANALISTA TÉCNICO-ADMINISTRATIVO / MTur / 2014 / ESAF

Q25.

A respeito da organização político-administrativa do Estado, é correto afirmar que:

- A) a União pode recusar fé aos documentos públicos emitidos pelos outros entes federados, porque só tem obrigação de aceitar aqueles que sejam emitidos pela própria União.
- B) os Territórios Federais integram o Estado dentro do qual está inserido, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei ordinária.
- C) desmembramento de Estado equivale à subdivisão, ou seja, um Estado pode dividir-se em dois ou mais Estados fazendo desaparecer o Estado de origem.
- D) nos casos de incorporação, subdivisão e desmembramento de Estado, o Congresso está vinculado ao pronunciamento publicitário e das Assembleias.
- E) os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Q26.

Sobre organização do Estado brasileiro, assinale a única opção correta.

- A) A fixação dos subsídios do Governador e do Vice-Governador será feita por lei de iniciativa do Poder Executivo estadual, e terá como limite o subsídio do Ministro do STF.
- B) O subsídio dos vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observados os limites estabelecidos pela Constituição, definidos em razão do número de habitantes.
- C) Reproduzindo o modelo federal, de forma expressa, a Constituição Federal estabelece, para Estados e Municípios, a obrigatoriedade de manutenção, no âmbito dos Poderes Legislativo e Executivo, de um sistema de controle interno.
- D) Na composição dos Tribunais de Contas dos Estados, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal, caberá ao Governador a indicação de dois Conselheiros, sendo uma das vagas ocupada, alternadamente, por integrante da carreira de auditor e por integrante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.
- E) O parecer prévio sobre as contas prestadas pelo prefeito, elaborado pelo órgão auxiliar da Câmara Municipal, é meramente indicativo, podendo ser rejeitado pelos vereadores, por decisão tomada pela maioria simples, presentes à deliberação a maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Q27.

Em relação aos servidores públicos, nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar:

- A) São efetivos, após três anos de exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- B) O servidor demitido que tiver a decisão de sua demissão invalidada judicialmente será reconduzido ao cargo que ocupava.
- C) O servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão pode optar pelo regime de previdência dos servidores públicos.
- D) Aos municípios há vedação constitucional de estabelecerem regime de previdência complementar para seus servidores.
- E) É constitucional o cômputo dos tempos de serviço, e não de contribuição federal, estadual e municipal para fins de disponibilidade, sendo lícita, para fins de aposentadoria, a contagem cumulativa dos respectivos tempos de contribuição, e não de serviço.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Q28.

Assinale a opção em que consta princípio da Administração Pública que não é previsto expressamente na Constituição Federal.

- A) Publicidade.
- B) Eficiência.
- C) Proporcionalidade.
- D) Legalidade.
- E) Moralidade.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Fonte: ANALISTA TÉCNICO-ADMINISTRATIVO / MTur / 2014 / ESAF

Q29.

Acerca dos Órgãos Públicos, assinale a opção correta.

- A) A teoria da representação é a tese atualmente adotada pela doutrina brasileira para legitimar a atuação do agente público em nome da pessoa jurídica administrativa.
- B) Órgão pode integrar a estrutura de uma pessoa jurídica da Administração Indireta.
- C) Órgão público possui personalidade jurídica.
- D) A criação de um órgão público exemplifica a prática de descentralização administrativa.
- E) Não há possibilidade de hierarquia entre órgãos públicos.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Administrativo / Organização Administrativa do Estado Brasileiro / Administração pública direta e indireta

Fonte: CONTADOR / FUNAI / 2016 / ESAF

Q30.

Assinale a opção que não retrata uma característica da autarquia.

- A) Os seus bens são públicos.
- B) A sua criação ocorre por meio de lei complementar.
- C) Em regra, suas contratações devem ser feitas mediante licitação.
- D) Há necessidade de concurso público para seleção de seus trabalhadores.
- E) Possui personalidade jurídica.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Administrativo / Poderes e deveres dos administradores públicos / Uso e abuso de poder

Fonte: ANALISTA TÉCNICO / SUSEP / 2010 / ESAF

Q31.

No desvio de poder, ocorre o seguinte fenômeno:

- A) o agente, que tem competência para a prática do ato, o realiza, contudo, com finalidade diversa daquela prevista em lei.
- B) o agente pratica um ato para o qual não tem competência.
- C) o agente pratica um ato com objeto ou motivo diverso do originalmente previsto em lei.
- D) o agente deixa de praticar um ato vinculado.
- E) o agente pratica um ato discricionário com motivo diverso do previsto em lei.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Administrativo / Poderes e deveres dos administradores públicos / Poderes vinculado e discricionário

Fonte: TÉCNICO ADMINISTRATIVO / ANEEL / 2006 / ESAF

Q32.

Relativamente à vinculação e discricionariedade dos atos administrativos, correlacione as colunas apontando como vinculado ou discricionário cada um dos elementos do ato administrativo e assinale a opção correta.

(1) Vinculado

(2) Discricionário

() Competência.

() Forma.

() Motivo.

() Finalidade.

() Objeto.

- A) 1 / 1 / 2 / 1 / 2.
- B) 2 / 2 / 1 / 1 / 2.
- C) 1 / 1 / 1 / 2 / 2.
- D) 2 / 2 / 2 / 1 / 1.
- E) 1 / 2 / 2 / 1 / 2.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Poderes e deveres dos administradores públicos / Poder hierárquico

Fonte: CONTADOR / FUNAI / 2016 / ESAF

Q33.

Correlacione os conceitos transcritos na Coluna I com algumas modalidades de Poderes da Administração registrados na Coluna II. Após, assinale a opção que retrata a sequência correta para a Coluna I.

Coluna I	Coluna II
() "É o poder em que o agente administrativo dispõe de uma razoável liberdade de atuação, podendo valorar a oportunidade e conveniência da prática do ato". (ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. Direito Administrativo Descomplicado . 23. ed. São Paulo: Método, 2015, p. 244).	(1) Poder Hierárquico
() "É a prerrogativa conferida à Administração Pública de editar atos gerais para complementar as leis e permitir a sua efetiva aplicação". (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual do Direito Administrativo . 27 ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 57).	(2) Poder Disciplinar
() "É o que cabe à Administração Pública para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos" (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo . 27. Ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 95).	(3) Poder Discricionário
() "É aquele que confere à Administração Pública a capacidade de ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativas no âmbito interno da Administração". (CUNHA Jr., Dirley da. Curso de Direito Administrativo . 11. Ed. Salvador: jusPODIUM, 2012, p. 82).	(4) Poder Regulamentar

- A) 3, 2, 4, 1
- B) 1, 4, 3, 2
- C) 3, 4, 2, 1
- D) 2, 4, 1, 3
- E) 4, 3, 1, 2

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Poderes e deveres dos administradores públicos / Poder disciplinar

Fonte: TÉCNICO ADMINISTRATIVO / ANAC / 2016 / ESAF

Q34.

Acerca dos poderes do Estado, analise as afirmativas abaixo classificando-as em verdadeiras (V) ou falsas (F) para, ao final, assinalar a opção que contenha a sequência correta.

() O poder disciplinar da administração pública decorre do poder punitivo do Estado (jus puniendi).

() Somente as pessoas que possuem algum vínculo jurídico específico com a administração pública são alcançadas pelo poder disciplinar.

() O poder de polícia decorre de um vínculo geral entre os indivíduos e a administração pública.

() A competência para a expedição dos decretos ou regulamentos de execução não é passível de delegação.

- A) F, F, V, V
- B) V, F, V, V
- C) F, V, F, V
- D) F, V, V, V
- E) V, V, V, V

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Poderes e deveres dos administradores públicos / Poder regulamentar

Fonte: ANALISTA TÉCNICO / SUSEP / 2010 / ESAF

Q35.

A partir da Emenda Constitucional n. 32, de 2001, parte significativa dos administrativistas passou a aceitar a possibilidade de edição, pelo Chefe do Poder Executivo, de espécie de decreto autônomo. Nesse contexto, é matéria a ser disciplinada por meio de tal modalidade de decreto:

- A) criação de órgãos públicos, desde que sem aumento imediato de despesas.
- B) extinção de órgãos públicos, mas apenas do Poder Executivo.
- C) extinção de entidades vinculadas aos Ministérios.
- D) criação de funções ou cargos públicos, desde que sem aumento imediato de despesas.
- E) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Poderes e deveres dos administradores públicos / Poder de polícia

Fonte: TÉCNICO ADMINISTRATIVO / ANAC / 2016 / ESAF

Q36.

Classifique as atuações relacionadas abaixo como exercício preventivo ou repressivo do poder de polícia

marcando (P) para o exercício preventivo e (R) para o exercício repressivo. Ao final, assinale a opção que contenha a sequência correta.

- () Atividade de fiscalização.
 - () Concessão do alvará de licença.
 - () Aplicação de sanção.
 - () Concessão de alvará de autorização.
- A) R, P, R, P
 - B) P, P, R, P
 - C) R, R, R, P
 - D) P, R, R, R
 - E) R, R, R, R

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Teoria dos Atos Administrativos / Conceitos, elementos, requisitos e atributos do ato administrativo; Teoria dos motivos determinantes

Fonte: CONTADOR / FUNAI / 2016 / ESAF

Q37.

Assinale a opção que corresponda ao requisito de validade do ato administrativo que configura "o círculo definido por lei dentro do qual podem os agentes exercer legitimamente sua atividade".

(CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual do Direito Administrativo. 27 ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 106).

- A) Competência.
- B) Forma.
- C) Motivo.
- D) Objeto.
- E) Finalidade.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Teoria dos Atos Administrativos / Classificação e espécies

Fonte: TÉCNICO ADMINISTRATIVO / ANAC / 2016 / ESAF

Q38.

Correlacione as colunas I e II, classificando os atos administrativos relacionados na coluna I com as espécies elencadas na coluna II. Ao final, assinale a opção que contenha a sequência correta para a coluna I.

COLUNA I	COLUNA II
() Autorização de uso	(1) Atos de expediente
() Apreensão de mercadoria	(2) Atos de império
() Permissão de uso	(3) Atos de gestão
() Movimentação de processos	
() Recebimento de petição no protocolo	
() Interdição de estabelecimento	

- A) 2, 1, 3, 1, 1, 2
- B) 3, 2, 3, 2, 2, 1
- C) 3, 2, 3, 1, 1, 2
- D) 1, 2, 1, 1, 1, 3
- E) 2, 2, 3, 1, 1, 3

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Teoria dos Atos Administrativos / Vinculação e discricionariedade

Fonte: ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO DE AVIAÇÃO CIVIL - ÁREA 1 / ANAC / 2016 / ESAF

Q39.

Considerando-se os elementos do ato administrativo, sabemos que alguns deles são sempre vinculados, enquanto outros podem ser ora vinculados, ora discricionários.

Assinale a opção em que os dois elementos nela listados admitam tanto a vinculação quanto a discricionariedade.

- A) Finalidade / motivo.
- B) Forma / objeto.
- C) Competência / finalidade.
- D) Motivo / objeto.
- E) Finalidade / forma.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Teoria dos Atos Administrativos / Revogação, convalidação e invalidação

Fonte: AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - AFRFB / Receita Federal / 2014 / ESAF

Q40.

Em se tratando da classificação e extinção dos atos administrativos, é correto afirmar:

- A) atos gerais ou normativos são os que se preordenam a regular situações específicas como acontece nos decretos expropriatórios.
- B) no ius gestionis não há intervenção da vontade dos administrados para sua prática, como acontece nos decretos de regulamentação.
- C) os atos enunciativos indicam juízos de valor de outros atos de caráter decisório, como acontece nos pareceres.
- D) os atos complexos não se compõem de vontades autônomas, embora múltiplas, visto que há somente uma vontade autônoma, de conteúdo próprio e as demais instrumentais, como acontece no visto.
- E) na cassação há perdas e efeitos jurídicos em virtude de norma jurídica superveniente contrária àquela que respaldava a prática do ato.

Direito Administrativo / Serviços Públicos / Conceito e natureza

Fonte: ANALISTA ADMINISTRATIVO - ÁREA 1 / ANAC / 2016 / ESAF

Q41.

Entre os princípios informativos específicos dos serviços públicos, pode-se afirmar ser o princípio setorial mais importante por marcar sua vocação universal, isonômica e democrática o princípio da

- A) continuidade.
- B) eficiência.
- C) regularidade.
- D) generalidade.
- E) segurança.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Serviços Públicos / Modalidades e formas de prestação

Fonte: AUDITOR DE CONTROLE INTERNO - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / Pref. São Luís/MA / 2015 / FCC

Q42.

Quando Maria Sylvia Zanella di Pietro afirma "ser correta a afirmação de que todo serviço público visa atender a necessidades públicas, mas nem toda atividade de interesse público é serviço público", pode-se concluir que

- A) as atividades de interesse público, quando prestadas por particulares, não são predicadas como serviço público, que somente guardam esse conceito quando remanescem sob execução direta da Administração pública.
- B) a atuação da Administração pública visa o atendimento direto ou indireto das necessidades públicas, mas a qualificação de determinada atividade como serviço público depende de expressa previsão legal.
- C) para qualificação como serviço público, uma atividade deve apresentar determinadas características, tais como indelegabilidade, regime jurídico de direito público e gratuidade.
- D) a determinação do que vem a ser serviço público depende de escolha discricionária da Administração pública, o que permite a atualização conforme as mudanças na sociedade, ainda que as alterações legislativas no mesmo sentido sejam providenciadas posteriormente.
- E) a submissão a regime jurídico de direito público retira da prestação do serviço público o caráter lucrativo, embora ele possa ser remunerado, vigorando o princípio da modicidade tarifária.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Serviços Públicos / Concessão, permissão e autorização

Fonte: CONTADOR / FUNAI / 2016 / ESAF

Q43.

Entre as modalidades de delegação da prestação do serviço público, pode-se citar a

- A) nomeação.
- B) atribuição.
- C) concessão.
- D) avocação.
- E) encampação.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Fonte: ANALISTA ADMINISTRATIVO - ADMINISTRATIVA / DNIT / 2012 / ESAF

Q44.

A respeito das parcerias público-privadas, analise as assertivas a seguir classificando-as em falsas ou verdadeiras.

Ao final, assinale a opção que contenha a sequência correta.

() As obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública em contrato de parceria público-privada poderão ser garantidas mediante títulos da dívida agrária.

() É possível haver pagamento de contraprestação pela Administração Pública sem que obrigatoriamente seja precedido pela integral disponibilização do serviço pelo parceiro privado.

() Os contratos de parceria público-privada poderão prever a possibilidade de emissão de empenho em nome dos financiadores do projeto em relação às obrigações pecuniárias da Administração Pública.

() A contraprestação da Administração Pública nos contratos de parceria público-privada poderá ser feita mediante outorga de direitos sobre bens públicos afetados de uso comum do povo.

() As concessões patrocinadas em que mais de 70% da remuneração do parceiro privado deva ser paga pela Administração Pública dependerão de autorização legislativa.

- A) V, V, V, F, V.
- B) F, V, V, V, V.
- C) V, F, F, F, V.
- D) V, V, V, V, F.
- E) F, V, V, F, V.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Regime jurídico da Licitação e dos Contratos Administrativos / Obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade e vedação da licitação

Fonte: TÉCNICO ADMINISTRATIVO / ANAC / 2016 / ESAF

Q45.

É dispensável a licitação, exceto:

- A) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- B) quando a licitação anterior foi deserta e não puder ser repetida sem prejuízo para a administração pública, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
- C) no caso de alienação aos legítimos possuidores diretos de bem imóvel para fins residenciais construídos em núcleos urbanos anexos a usinas hidrelétricas, desde que considerados dispensáveis na fase de operação dessas unidades e não integrem a categoria de bens reversíveis ao final da concessão.
- D) para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.
- E) na contratação realizada por empresa pública, ou sociedade de economia mista com suas subsidiárias e controladas, para a aquisição ou alienação de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Regime jurídico da Licitação e dos Contratos Administrativos / Procedimentos, anulação e revogação

Q46.

É sabido que a autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório somente poderá ■ revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado. Em tais situações:

- A) havendo ilegalidade, a Administração poderá anulá-la de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- B) a anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera para a Administração a obrigação de indenizar, isentando-a de quaisquer ônus dele decorrentes.
- C) havendo a nulidade do procedimento licitatório, a nulidade do contrato opera-se automaticamente, razão pela qual a Administração fica isenta de quaisquer obrigações dele decorrentes.
- D) no caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- E) os procedimentos de dispensa e de inexigibilidade de licitação não se submetem a esta regra.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Regime jurídico da Licitação e dos Contratos Administrativos / Modalidades de licitação

Fonte: ANALISTA - RECURSOS HUMANOS / CVM / 2010 / ESAF

Q47.

A Latin American decade?

Summit meetings involving Latin America's presidents are so frequent these days that Mexico's Mr Calderón has likened diplomacy in the region to a mountain range. Yet for all the talk of regional integration, political Latin America looks more divided than ever. Mr Chávez likes to threaten war against Colombia, which in turn accuses him of harbouring its FARC guerrillas. Sub-regional trade groups such as Mercosur and the Andean Community, which made progress in the 1990s, have stagnated or fallen apart.

Yet while politicians bicker, corporate Latin America is quietly moving closer together. A growing army of multinationals have expanded abroad. Some, like Embraer or Bimbo, have become global multinationals. Many others, including Chilean retailers and Brazilian banks and construction firms, have expanded within Latin America. Some Mexican firms, led by América Móvil, a telecoms giant, are moving into Brazil. Until recently such firms tended to list their shares in New York, but now a Latin American capital market is poised to emerge. In three to five years there will be a seamless network of Latin American stock exchanges, including Mexico's, reckons Mr Oliveira of BRAIN Brasil.

The market-oriented reforms of the 1980s and 1990s, combined with a few years of commodity-driven prosperity, are transforming Latin American business.

Acerca do processo administrativo disciplinar, nos moldes da Lei n. 8.112/90, assinale a opção incorreta.

- A) O processo administrativo disciplinar é dividido em três fases: instauração, inquérito administrativo e julgamento.
- B) O inquérito administrativo compreende instrução, defesa e relatório.
- C) Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicição do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas, e, em seguida, deve ser procedida à sua citação para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias.
- D) Apreciada a defesa do indiciado, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos, mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção e concluirá quanto à inocência ou à responsabilidade do indiciado. O relatório será encaminhado para apreciação da autoridade competente para o julgamento.
- E) O julgamento não está adstrito às conclusões do relatório da comissão de processo administrativo disciplinar, podendo a autoridade julgadora, em qualquer caso, desde que motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Administrativo / Regime jurídico da Licitação e dos Contratos Administrativos / Regime dos contratos administrativos

Fonte: ANALISTA ADMINISTRATIVO - ÁREA 1 / ANAC / 2016 / ESAF

Q48.

A respeito dos contratos administrativos, analise as afirmativas abaixo classificando-as em verdadeiras (V), ou falsas (F). Ao final, assinale a opção que contenha a sequência correta.

() Em qualquer hipótese, é nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a administração.

() A administração pode dispensar o instrumento de contrato, independentemente de valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos da qual não resultem obrigações futuras.

() Da aplicação das penas de advertência, suspensão temporária e multa cabe recurso, sempre com efeito suspensivo, no prazo determinado em lei.

() A exceção do contrato não cumprido não é oponível, mesmo diante do atraso de pagamento superior a noventa dias, em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.

- A) V, F, V, V
- B) F, V, F, V
- C) V, V, F, V
- D) F, F, F, V
- E) F, V, V, V

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Administrativo / Regime jurídico da Licitação e dos Contratos Administrativos / Lei nº 8.666, de 21/6/1993

Fonte: ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO DE AVIAÇÃO CIVIL - ÁREA 1 / ANAC / 2016 / ESAF

Q49.

Correlacione as definições contidas na Coluna I com as nomenclaturas descritas na Coluna II.

Ao final, assinale a opção que contenha a sequência correta para a Coluna I.

COLUNA I	COLUNA II
<input type="checkbox"/> É a modalidade de licitação, sempre do tipo menor preço, destinada à aquisição de bens e serviços comuns, que pode ser utilizada para qualquer valor de contrato.	(1) Concurso
<input type="checkbox"/> Modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração dos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 dias.	(2) Pregão
<input type="checkbox"/> Modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para o cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.	(3) Concorrência
<input type="checkbox"/> Modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para a execução do seu objeto.	(4) Tomada de Preços

- A) 3, 1, 4, 2
- B) 1, 3, 2, 4
- C) 2, 1, 3, 4
- D) 1, 2, 3, 4
- E) 2, 1, 4, 3

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Regime jurídico da Licitação e dos Contratos Administrativos / Lei nº 10.520, de 17/7/2002, e alterações

Fonte: ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO - GABARITO 1 / Ministério da Fazenda / 2012 / ESAF

Q50.

A Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL de determinado ministério conduziu o pregão eletrônico que teve por objeto a seleção de empresa para a celebração de contrato de serviços de limpeza e conservação dos móveis e imóveis nas instalações de seus edifícios sede e anexos.

A licitação, dada sua modalidade de pregão eletrônico, foi conduzida utilizando o Sistema Comprasnet.

Em 23/11/2006, após transcorridas as fases do certame no referido sistema, não houve qualquer registro dos licitantes de eventual intenção de recurso, não havendo informação de protocolo ou chegada pela via do correio de qualquer peça impressa neste sentido.

Esgotado o prazo recursal sem manifestação dos licitantes, a CGRL encaminha à imprensa oficial a adjudicação do objeto do certame à empresa vencedora “X” e a homologação do procedimento licitatório. Tudo no mesmo dia 23/11/2006, atos esses que somente vieram a ser publicados em 27/11/2006.

Em 27/11/2006 chega ao protocolo da CGRL a peça recursal impressa, oriunda da licitante “Y”, protocolada em 24/11/2006.

Tratando de descobrir o motivo pelo qual a empresa “Y” não cadastrou sua intenção de recurso no Comprasnet, o pregoeiro entra em contato com o órgão central do sistema de logística e tecnologia da informação do governo federal e dele obtém, por e-mail, a confirmação de que o sistema estava com falhas operacionais que já estavam sendo corrigidas.

Dito isto, o pregoeiro retornou o pregão à fase de intenção de recurso em 27/11/2006, reagendou-o para o dia 29/11/2006 e, prevenindo-se do ocorrido anteriormente, cuidou de inserir a informação de que “no caso de o sistema não registrar a referida intenção de recurso deverá ser protocolada junto ao Ministério até o dia 01/12/2006.” Houve fechamento do prazo no dia 29/11/2006 sem que houvesse licitantes que recorressem.

Acerca do caso concreto acima narrado e tendo em mente as fontes do direito administrativo acerca do tema licitações, em especial a doutrina pátria e a jurisprudência do TCU, analise as questões a seguir, assinando verdadeiro(V) ou falso(F) ao final de cada assertiva.

Após análise, assinale a opção que contenha a sequência correta.

- Houve violação ao princípio da publicidade, pela falta de publicação da revogação da homologação do certame em órgão oficial.
- O princípio da publicidade foi atendido com a informação do cancelamento da homologação, bem como com a reabertura do prazo para a interposição de

recurso tendo sido registrado no sítio eletrônico do Comprasnet.

() Segundo o princípio da razoabilidade, considerando-se ser o certame sob análise um pregão eletrônico, cuja tônica é a celeridade, seria excesso de formalismo submeter todos os atos à publicação de forma impressa.

() A despeito de a modalidade em tela ser pregão eletrônico, não é exigível dos licitantes o acompanhamento da licitação em sítio eletrônico, sendo necessária a veiculação de todos os atos decisórios em diário oficial.

- A) F, V, V, F.
- B) V, F, F, V.
- C) V, F, V, V.
- D) F, F, V, V.
- E) V, V, F, F.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Administrativo / Agentes Públicos / Servidores Públicos / Classificação e características

Fonte: ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL - EPPGG / ESAF / 2014 / ESAF

Q51.

Assinale a afirmativa correta.

- A) O denominado agente temporário é um prestador de serviço, e nessa qualidade exerce atribuições públicas sem ocupar cargo ou emprego público.
- B) A contratação para emprego público dispensa a realização de concurso público.
- C) Dirigentes de empresas estatais possuem relação de Direito Privado com a estatal, mas são empregados e, portanto, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.
- D) Atualmente servidores públicos podem ser contratados para ocupar cargos públicos mediante o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.
- E) Apesar de se caracterizar como atividade típica de Estado, o exercício do poder de polícia permite que seus agentes sejam submetidos ao regime de contratação da CLT.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Administrativo / Agentes Públicos / Servidores Públicos / Regime Jurídico Único - Lei nº 8.112/1990

Fonte: TÉCNICO ADMINISTRATIVO / ANAC / 2016 / ESAF

Q52.

A respeito dos cargos públicos e das funções de confiança, assinale a opção incorreta.

- A) A existência do cargo público está condicionada à adoção de regime jurídico estatutário.
- B) Quando o agente público tem sua relação jurídica com o poder público definida diretamente por lei, o lugar a ser ocupado pelo agente, independentemente de se tratar de agente político ou de servidor público, dentro da estrutura da administração pública estatal, será um cargo público.
- C) Todo cargo tem função, há situações excepcionais, todavia, em que o agente público poderá desempenhar função sem ocupar cargo público.
- D) Desde que o servidor ocupe cargo efetivo, ele pode ser nomeado para exercer função de confiança.
- E) Os ocupantes dos cargos em comissão são servidores públicos.

Direito Administrativo / Responsabilidade Civil do Estado

Fonte: TÉCNICO ADMINISTRATIVO / ANAC / 2016 / ESAF

Q53.

Acerca da responsabilidade civil do Estado, analise as afirmativas abaixo classificando-as em verdadeiras (V) ou falsas (F) para, ao final, eleger a opção que contenha a sequência correta.

- () Segundo a teoria do risco integral, basta a existência do evento danoso e do nexa causal para que surja a obrigação de indenizar para o Estado, admitindo-se, porém, a alegação de excludentes de responsabilidade em sua defesa.
- () Toda a administração pública, direta e indireta, está abrangida pelo § 6º do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, que consagra a responsabilidade objetiva do Estado na modalidade de risco administrativo.
- () Há responsabilidade civil objetiva nas empresas que prestam serviço público mesmo em relação aos danos que sua atuação cause a terceiros não usuários do respectivo serviço público.
- () O agente causador do dano, cuja conduta foi imputada à pessoa jurídica, a qual está vinculado somente será responsabilizado se for comprovado que ele atuou com dolo ou culpa, ou seja, sua responsabilidade é subjetiva na modalidade culpa comum.

- A) V, F, V, F
- B) F, V, F, V
- C) V, V, F, F
- D) F, F, F, V
- E) F, F, V, V

Direito Administrativo / Controle da Administração Pública

Fonte: ASSISTENTE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO / Ministério da Fazenda / 2014 / ESAF

Q54.

Nos termos da Lei n.º 8.443/92, as contas serão julgadas irregulares nas seguintes hipóteses, exceto:

- A) Omissão de dever de prestar contas.
- B) Quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao Erário.
- C) Prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico.
- D) Desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.
- E) Dano ao Erário decorrente de ato de gestão ilegítimo.

Direito Administrativo / Processo Administrativo Federal: Lei nº 9.784, de 29/1/1999

Fonte: ASSISTENTE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO / Ministério da Fazenda / 2014 / ESAF

Q55.

Assinale a opção incorreta em relação às regras sobre a contagem de prazos no processo administrativo federal.

- A) Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.
- B) Caso o vencimento venha a cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal, considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte.
- C) Os prazos expressos em dias contam-se de modo contínuo.
- D) Os prazos fixados em meses ou anos contam-se de data a data. Se, no mês do vencimento, não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, tem-se como termo o último dia do mês.
- E) Salvo motivo de força maior devidamente comprovado, os prazos processuais são suspensos.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Administrativo / Improbidade Administrativa: Lei nº 8.429, de 2/6/1992

Fonte: ANALISTA ADMINISTRATIVO - ÁREA 1 / ANAC / 2016 / ESAF

Q56.

Assinale a opção correta.

- A) A Lei n. 8.429/92 não estabelece sanções penais pela prática de atos de improbidade.
- B) A aplicação das sanções previstas na Lei n. 8.429/92 depende da rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo tribunal ou conselho de contas.
- C) A aplicação das sanções enumeradas na Lei n. 8.429/92 é de competência exclusiva do Poder Judiciário.
- D) O enquadramento da conduta do agente nas categorias de atos de improbidade previstas na Lei n. 8.429/92 exige a demonstração do elemento subjetivo, consubstanciado pelo dolo no caso dos tipos previstos nos arts. 9º, 10 e 11.
- E) Admite-se a transação penal nas ações por atos de improbidade administrativa.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Administrativo / Acesso à Informação Pública: Lei nº 12.527, de 18/11/2011

Fonte: TÉCNICO ADMINISTRATIVO / ANAC / 2016 / ESAF

Q57.

A respeito da Lei de Acesso à Informação, assinale a opção correta.

- A) O limite teórico máximo de restrição de acesso a informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado é o prazo de 50 (cinquenta) anos.
- B) O tratamento de informação sigilosa resultante de tratados, acordos ou atos internacionais submetese inteiramente às normas constantes da Lei n. 12.527/2011.
- C) É obrigatória, indistintamente, a todos os entes da Federação a divulgação de informações de interesse

coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas em sítios oficiais da rede mundial de computadores.

- D) As informações classificadas como secretas e ultrassecretas no início da vigência da Lei n. 12.527/2011 e não reavaliadas até 16/05/2014 permanecerão assim classificadas até ulterior desclassificação.
- E) Não cabe recurso nos casos de não fornecimento das razões da negativa de acesso à informação.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursosprepara.com.br>

Direito Administrativo / Transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse (transferências voluntárias) / Decreto nº 6.170/1997, e alterações

Fonte: ANALISTA TRIBUTÁRIO - INFORMÁTICA / Receita Federal / 2012 / ESAF

Q58.

De acordo com o Decreto n. 6.170, de 25 de julho de 2007, relacione os seguintes conceitos e marque a correta correspondência ao final.

- () Convênio
- () Contrato de repasse
- () Termo de cooperação
- () Concedente
- () Interviente

I. Instrumento por meio do qual é ajustada a transferência de crédito de órgão da administração pública federal direta, autarquia, fundação pública, ou empresa estatal dependente, para outro órgão ou entidade federal da mesma natureza.

II. Órgão da administração pública federal direta ou indireta, responsável pela transferência dos recursos financeiros ou pela descentralização dos créditos orçamentários destinados à execução do objeto do convênio.

III. Órgão da administração pública direta e indireta de qualquer esfera de governo, ou entidade privada que participa do convênio para manifestar consentimento ou assumir obrigações em nome próprio.

IV. Instrumento administrativo por meio do qual a transferência dos recursos financeiros se processa por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, atuando como mandatário da União.

V. Acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros da União e tenha como participe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos.

- A) V, IV, I, II, III.
- B) I, V, IV, III, II.
- C) IV, I, V, II, III.
- D) V, I, IV, III, II.
- E) V, III, II, IV, I.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursosprepara.com.br>

Direito Administrativo / Ética / Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal - Decreto nº 1.171; Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal - Decreto nº 6.029

Fonte: TÉCNICO ADMINISTRATIVO / ANAC / 2016 / ESAF

Q59.

Conforme o item XV, do Artigo 3, do Decreto n. 1.171/1994, que institui o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, é vedado ao servidor, exceto:

- A) abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei.
- B) pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim.
- C) permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores.
- D) usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material.
- E) o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Administração Geral / Planejamento: planejamento estratégico; planejamento baseado em cenários

Fonte: ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO DE AVIAÇÃO CIVIL - ÁREA 1 / ANAC / 2016 / ESAF

Q60.

A respeito da elaboração do planejamento organizacional, analise as afirmativas abaixo, classificando-as em verdadeiras (V) e falsas (F), e, em seguida, assinale a opção que contenha a sequência correta.

() O Planejamento Estratégico Situacional (PES) propõe a avaliação da efetividade de um projeto governamental, analisando sua viabilidade por meio das dimensões de governabilidade e capacidade de governo.

() Existem três tipos de planejamento: o estratégico, o tático e o operacional.

() O planejamento estratégico define metas e planos para todos os níveis gerenciais da organização.

() O elemento do planejamento estratégico que define a razão de ser da organização é denominado missão.

- A) V, F, V, F
- B) F, V, F, V
- C) V, V, F, V
- D) F, F, V, V
- E) F, V, F, F

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Administração Geral / Processo decisório: técnicas de análise e solução de problemas; fatores que afetam a decisão; tipos de decisões

Fonte: ANALISTA ADMINISTRATIVO - ÁREA 2 / ANAC / 2016 / ESAF

Q61.

Assinale a opção correta relativa à tomada de decisões.

- A) A criação de instrumentos para tornar decisões e rotinas mais realistas, guiando flutuações de mercado, contribui para otimizar indicadores de racionalidade.
- B) A organização busca um comportamento racional por meio de ações que contribuam para a consecução de suas metas e seus objetivos.
- C) A priorização de premissas para orientação de decisões de stakeholders, otimizando o comportamento individual, implica menor racionalidade de rotinas sistematizadas.
- D) A organização busca um dimensionamento comportamental orientado a ações que contribua para a ratificação de suas metas e objetivos.
- E) A organização busca um comportamento funcional em metas e objetivos que contribuam para a consecução de suas ações.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Administração Geral / Gestão de pessoas / Estilos de liderança

Fonte: TÉCNICO ADMINISTRATIVO / ANAC / 2016 / ESAF

Q62.

Em um estudo pioneiro sobre liderança, White e Lippitt fizeram uma pesquisa em 1939 para verificar o impacto causado por três diferentes estilos de liderança e os climas sociais resultantes. Para esses autores, existem três tipos básicos de liderança: a autocrática, a liberal (*laissez-faire*) e a democrática. Assinale a única afirmativa referente à liderança democrática.

- A) Na programação dos trabalhos, a participação do líder no debate é limitada, apresentando apenas alternativas variadas ao grupo, esclarecendo que poderia fornecer informações desde que as pedissem.
- B) Na participação do líder, o líder é "pessoal" e dominador nos elogios e nas críticas ao trabalho de cada membro.
- C) Na tomada de decisões, as diretrizes são debatidas e decididas pelo grupo que é estimulado e assistido pelo líder.
- D) Na divisão do trabalho, o líder determina qual a tarefa que cada um deverá executar e qual o seu companheiro de trabalho.
- E) Na programação dos trabalhos, o líder determina as providências para a execução das tarefas, cada uma por vez, à medida que se tornam necessárias e de maneira imprevisível para o grupo.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Administração Geral / Gestão de pessoas / Gestão por competências

Fonte: ANALISTA TÉCNICO-ADMINISTRATIVO / PECFAZ / 2013 / ESAF

Q63.

Considere o processo de gestão de competências e analise as questões que se seguem. Após, assinale a opção correta.

- I. Na gestão de pessoas por competências, o treinamento se refere ao desenvolvimento de competências da pessoa com vistas ao cargo que ocupa.

II. Na gestão por competências, a organização preocupa-se com a adequação do perfil da pessoa ao atendimento de demandas presentes e futuras.

III. A gestão de competências deve estar em perfeita sintonia com a estratégia organizacional, pois é a visão estratégica da organização que orienta as políticas e diretrizes organizacionais e todos os esforços de captação e do desenvolvimento de competências.

- A) Somente I e III estão corretas.
- B) Somente I e II estão corretas.
- C) Somente II e III estão corretas.
- D) Nenhuma está correta.
- E) Todas estão corretas.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Administração Geral / Gestão de pessoas / Trabalho em equipe

Fonte: ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO DE AVIAÇÃO CIVIL - ÁREA 1 / ANAC / 2016 / ESAF

Q64.

Para que uma equipe seja bem-sucedida, são necessários os seguintes elementos, exceto:

- A) clareza na definição das metas a serem alcançadas.
- B) papéis claramente definidos.
- C) procedimentos decisórios a cargo do líder.
- D) comunicação clara.
- E) uso da abordagem científica.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Administração Geral / Gestão de pessoas / Motivação; empoderamento

Fonte: TÉCNICO ADMINISTRATIVO / ANAC / 2016 / ESAF

Q65.

Analisar as teorias da motivação do comportamento humano na primeira coluna, correlacionar com a correspondente explicação na segunda coluna e assinalar a opção correta.

FASES	DETALHAMENTO
1- Teoria da Motivação-Higiene de Herzberg	() As necessidades subjacentes a toda a motivação humana podem ser organizadas numa escala crescente de necessidades fisiológicas, necessidades de segurança, necessidades sociais, necessidades do ego ou da autoestima e necessidade de realização pessoal.
2 - Teoria do Condicionamento e Reforço Operantes	() A motivação é composta de duas dimensões não relacionadas: os aspectos e atividades do trabalho que podem impedir a satisfação, mas que não influenciam os empregados a crescerem e se desenvolverem, e os aspectos e atividades relacionados ao trabalho que efetivamente encorajam esse desenvolvimento.
3 – Hierarquia das necessidades de Maslow	() As pessoas são motivadas a produzir quando percebem que seus esforços as levarão a um desempenho bem-sucedido e à obtenção das recompensas almejadas, tendo clareza do “caminho” para uma meta ou objetivo.

4 – Teoria da Equidade	() Embora o comportamento possa ser inicialmente aleatório, à medida que o indivíduo explora o meio ambiente e reage a ele, certos comportamentos serão reforçados e subsequentemente repetidos.
5 – Teoria das Expectativas	() O modelo supõe que a motivação é uma função de três componentes: uma expectativa de esforço-desempenho, no sentido de que um esforço maior trará um bom desempenho; uma percepção de desempenho-resultado, no sentido de que um bom desempenho trará certos resultados ou recompensas; e o valor ou atração de uma certa recompensa ou resultado para a pessoa.
6 - Teoria da Motivação pelo Caminho-Meta	() As pessoas comparam a proporção entre esforços e recompensas com as relações input-resultado de outras pessoas que sejam vistas como comparáveis. Se o indivíduo enxergar a relação como desigual, haverá uma tentativa de restaurar a igualdade, seja trabalhando com uma eficácia reduzida, ou tentando obter recompensas maiores através de outros meios.

- A) 1, 2, 3, 4, 5, 6
- B) 3, 1, 6, 2, 5, 4
- C) 3, 2, 4, 5, 1, 6
- D) 2, 6, 5, 4, 3, 1
- E) 4, 6, 1, 2, 5, 3

Administração Geral / Gestão / Gerenciamento de projetos

Fonte: ANALISTA ADMINISTRATIVO - ÁREA 2 / ANAC / 2016 / ESAF

Q66.

O processo Definir as Atividades faz parte da área de conhecimento

- A) Gerenciamento da Integração do Projeto.
- B) Gerenciamento do Tempo do Projeto.
- C) Gerenciamento do Escopo do Projeto.
- D) Gerenciamento dos Custos do Projeto.
- E) Gerenciamento da Qualidade do Projeto.

Administração Geral / Gestão / Gerenciamento de processos

Fonte: ANALISTA ADMINISTRATIVO - ÁREA 2 / ANAC / 2016 / ESAF

Q67.

O grupo de processos de execução está relacionado à área de conhecimento

- A) Gerenciamento do Tempo do Projeto.
- B) Gerenciamento das Comunicações do Projeto.
- C) Gerenciamento dos Custos do Projeto.
- D) Gerenciamento dos Riscos do Projeto.
- E) Gerenciamento do Escopo do Projeto.

Administração Geral / Gestão / Gestão da Mudança

Fonte: ANALISTA ADMINISTRATIVO - ÁREA 2 / ANAC / 2016 / ESAF

Q68.

Ao realizar inovações, as empresas

- A) processam informações, de forma endógena, para ambientes exógenos de lições aprendidas.
- B) privilegiam as dimensões epistemológica e criptológica do conhecimento.
- C) criam novas informações e conhecimentos, de dentro para fora, redefinindo problemas e soluções.
- D) adequam informações e conhecimentos a problemas já resolvidos.
- E) criam novas estruturas, verticalizadas de cima para baixo, orientadas a funções:

Administração Geral / Gestão / Gestão da informação e do conhecimento

Fonte: ANALISTA ADMINISTRATIVO - ÁREA 2 / ANAC / 2016 / ESAF

Q69.

Assinale a opção correta.

- A) A informação pode servir como um recurso, um insumo na produção de bens e serviços.
- B) A informação pode servir como um ativo, ou seja, uma organização de agentes que contribui para os resultados de uma empresa.
- C) A informação pode servir como um processo contingenciado na produção de bens e serviços.
- D) A informação pode ser encarada como uma forma de governança que atribui insumos aos resultados de uma empresa.
- E) A informação é um insumo delimitador da obtenção de vantagem competitiva pela organização.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Administração Geral / Controle administrativo / Indicadores de desempenho; conceitos de eficiência, eficácia e efetividade

Fonte: ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL - EPPGG / ESAF / 2014 / ESAF

Q70.

A principal matéria-prima de um sistema de monitoramento de programas sociais são os dados operacionais dos programas, que vão permitir o estabelecimento de indicadores. As afirmativas abaixo acerca de indicadores estão corretas, exceto:

- A) um indicador consiste em um valor usado para medir e acompanhar a evolução de algum fenômeno ou os resultados de processos sociais.
- B) os dados precisam ser produzidos no próprio órgão público que gerencia o programa (internamente), em seus vários departamentos e secretarias, mas não podem ser produzidos externamente, por entidades privadas ou associações da sociedade civil, pois estas (instituições privadas) poderiam distorcer os resultados.
- C) o aumento ou diminuição dos valores encontrados nos indicadores permite verificar as mudanças ocorridas nos programas sociais.
- D) os indicadores de monitoramento podem ser agrupados nas seguintes classes: "estrutura" – valores relativos à execução físico-financeira, à infraestrutura, etc.; "processos" – valores relativos às etapas/relações que fazem parte da implementação do programa; "resultados" – valores relativos ao alcance de metas do programa.
- E) indicadores podem ser produzidos com base em resultados de pesquisas de avaliação. Contudo, isso só tem um sentido efetivo se a pesquisa for repetida, para comparar os indicadores no tempo, se tiverem comparabilidade com outros indicadores, produzidos a partir de outras bases de dados; ou ainda, se puderem ser interpretados à luz de algum objetivo que se queira alcançar. Indicadores de avaliação também expressam certas condições relativas a "estrutura", a "processos" e a "resultados", esta última categoria englobando os indicadores de "impactos" e "efeitos", de acordo com as dimensões do estudo a partir do qual são produzidos.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Administração Geral / Comunicação organizacional: habilidades e elementos da comunicação

Fonte: ANALISTA TRIBUTÁRIO - INFORMÁTICA / Receita Federal / 2012 / ESAF

Q71.

Selecione a opção que melhor representa o conjunto das afirmações, considerando C para afirmativa correta e E para afirmativa errada.

I. A codificação pelo emissor, a transmissão, a decodificação e o feedback constituem o processo de comunicação.

II. A comunicação formal somente se consolida nos fluxos direcionais descendente e lateral. O fluxo ascendente é exclusivo da comunicação informal.

III. Como atividade gerencial a comunicação deve proporcionar motivação, cooperação e satisfação nos cargos.

- A) E - E - C.
- B) C - E - E.
- C) C - C - E.
- D) C - E - C.
- E) E - C - E.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Tributário / Tributo: conceito e classificação

Fonte: ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO DE AVIAÇÃO CIVIL - ÁREA 1 / ANAC / 2016 / ESAF

Q72.

Pode ser remunerado por taxa o serviço de

- A) iluminação pública.
- B) coleta de lixo.
- C) segurança pública.
- D) limpeza pública de vias e logradouros.
- E) saúde pública.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Tributário / Limitações constitucionais do poder de tributar

Fonte: ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO DE AVIAÇÃO CIVIL - ÁREA 1 / ANAC / 2016 / ESAF

Q73.

Quanto à imunidade tributária, assinale a opção correta.

- A) Os templos de qualquer culto são imunes a todos os tributos.
- B) A imunidade dos partidos políticos alcança impostos e taxas.
- C) A imunidade das entidades educacionais é descaracterizada pela cobrança de mensalidades.
- D) A imunidade dos livros, dos jornais e dos periódicos é subjetiva.
- E) O sujeito passivo imune não é dispensado do cumprimento de obrigações acessórias.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Tributário / Impostos de competência / Da União

Fonte: ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - GERÊNCIA DE PROJETOS E GOVERNANÇA DE TI / MPOG / 2015 / ESAF

Q74.

Sobre os tributos de competência da União, é correto afirmar que

- A) compete à União instituir imposto sobre a renda e os proventos de qualquer natureza das autarquias e fundações públicas estaduais.

- B) compete exclusivamente à União instituir contribuições de natureza tributária.
- C) compete à União instituir legislativamente contribuições de interesse de categorias econômicas, inclusive a contribuição sindical.
- D) compete exclusivamente à União instituir contribuição de melhoria relativamente a obras públicas levadas a efeito por autarquia municipal com o emprego de recursos públicos federais a ela descentralizadas para o desenvolvimento dos respectivos projetos de engenharia e arquitetura.
- E) compete exclusivamente à União, mediante a edição de legislação complementar, exercer competência tributária residual instituindo taxas não previstas no texto constitucional.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Tributário / Impostos de competência / Dos Estados, do Distrito Federal

Fonte: PROCURADOR / PGDF / 2007 / ESAF

Q75.

Assinale a opção correta.

O Distrito Federal, entidade integrante da República Federativa do Brasil, pode instituir:

- A) imposto sobre propriedade territorial rural; imposto sobre transmissão causa mortis de quaisquer bens ou direitos, contribuição de melhoria e contribuições sociais de quaisquer espécies.
- B) impostos extraordinários, taxas e empréstimos compulsórios.
- C) imposto sobre doação de quaisquer bens ou direitos; taxas pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis; contribuições de interesse de categorias econômicas.
- D) contribuição para o custeio de sistemas de previdência e assistência social de seus servidores; imposto sobre serviços de qualquer natureza; taxas, em razão do exercício do poder de polícia.
- E) imposto sobre propriedade predial e territorial urbana; contribuição de melhoria; contribuições sociais e contribuição de intervenção no domínio econômico.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Tributário / Impostos de competência / Dos Municípios

Fonte: AGENTE DA FAZENDA / SMF - Pref. Rio de Janeiro/RJ / 2010 / ESAF

Q76.

A Constituição Federal permite aos municípios a instituição e a cobrança, na forma das respectivas leis, de tributo destinado ao custeio do serviço de iluminação pública. Sobre este, é correto afirmar que:

- A) os municípios somente poderão instituir tal tributo sob a forma de contribuição, que observará as garantias da anterioridade e da legalidade.
- B) sua instituição deverá ser feita por meio de lei municipal, sem, contudo, a necessidade da observância do princípio da anterioridade.
- C) em face de sua finalidade específica, que é o custeio do serviço de iluminação pública, sua natureza jurídica será de taxa.
- D) a lei municipal que criar o referido tributo poderá delegar ao Prefeito, por meio de decreto, a competência para a fixação de critérios para o seu cálculo, tais como suas alíquotas e base de cálculo.
- E) O referido tributo será, obrigatoriamente, cobrado na fatura de consumo de energia elétrica do contribuinte.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Tributário / Legislação Tributária / Disposições gerais

Fonte: PREVIDÊNCIA / MPOG / 2012 / ESAF

Q77.

São matérias submetidas à reserva legal, exceto:

- A) a instituição de tributos ou a sua extinção.

- B) a fixação da base de cálculo e da alíquota do tributo.
- C) a definição da hipótese de incidência da obrigação tributária principal, bem como de seu sujeito passivo.
- D) a cominação de penalidades ou a sua dispensa ou redução.
- E) as hipóteses de exclusão e suspensão de créditos tributários, bem como a definição de obrigações acessórias.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Tributário / Legislação Tributária / Vigência, aplicação, interpretação e integração

Fonte: PREVIDÊNCIA / MPOG / 2012 / ESAF

Q78.

No que se refere à tributação, são consideradas normas complementares:

- A) os atos normativos exarados pelas autoridades administrativas e os decretos expedidos pelo Presidente da República.
- B) as portarias expedidas pelo Ministro da Fazenda e as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas.
- C) os convênios que entre si celebrem a União e os Estados e os tratados internacionais.
- D) os decretos, as portarias e as instruções normativas expedidas pela Receita Federal.
- E) as decisões dos órgãos coletivos e singulares de jurisdição administrativa, independentemente de previsão em lei.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Tributário / Obrigação tributária principal e acessória

Fonte: AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL / Receita Federal / 2009 / ESAF

Q79.

Sobre a obrigação tributária principal e acessória e sobre o fato gerador do tributo, assinale a opção correta.

- A) Segundo o Código Tributário Nacional, a obrigação de pagar multas e juros tributários constitui-se como obrigação acessória.
- B) A obrigação acessória, quando não observada, converte-se em obrigação principal somente em relação à penalidade pecuniária.
- C) A existência de uma obrigação tributária acessória pressupõe a existência de uma obrigação tributária principal.
- D) A instituição de obrigação acessória, com a finalidade de dar cumprimento à obrigação principal, deve atenção ao princípio da estrita legalidade.
- E) No Sistema Tributário Nacional, admite-se que a obrigação de fazer, em situações específicas, seja considerada obrigação tributária principal.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Tributário / Fato gerador da obrigação tributária

Fonte: ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO / MPOG / 2015 / ESAF

Q80.

Sobre obrigação tributária e fato gerador tributário, é incorreto afirmar que

- A) a obrigação tributária principal nasce com a inscrição do crédito tributário na dívida ativa.
- B) a obrigação tributária principal tem necessária natureza pecuniária e somente pode ser instituída por lei em sentido estrito/formal, enquanto que a obrigação

tributária acessória tem necessária natureza não-pecuniária.

- C) a obrigação tributária acessória configura obrigação de fazer (prestação positiva) ou de não fazer (prestação negativa) prevista no interesse da arrecadação tributária ou da administração tributária.
- D) o fato gerador da obrigação tributária principal é situação definida na lei tributária necessária e suficiente à geração da correspondente obrigação de pagar.
- E) o fato gerador da obrigação acessória é situação definida na legislação tributária que imponha a prática ou a abstenção de ato que não seja próprio à obrigação principal.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Tributário / Sujeição ativa e passiva

Fonte: AUDITOR FISCAL / Receita Federal / 2012 / ESAF

Q81.

Para preencher as lacunas do parágrafo abaixo, assinale a opção correta.

O _____ é qualquer pessoa colocada por lei na qualidade de devedora da prestação tributária, será sujeito passivo pouco importando o nome que lhe seja atribuído. O _____ é aquele que, sem ser sujeito passivo, paga tributo em nome de outrem, e não tem legitimidade para discutí-lo. Já o _____ é aquele a quem é juridicamente transferido o ônus econômico do tributo, mediante destaque expresso do valor devido na operação. O _____, por sua vez, é quem suporta o ônus da tributação, com ou sem transferência jurídica.

Finalmente, o _____ é qualquer outra pessoa que esteja obrigada, por força de lei, a pagar o tributo, seja em lugar do contribuinte ou junto a ele (direta, solidária ou subsidiariamente).

- A) devedor/mero pagador/contribuinte de fato/contribuinte econômico/responsável.
- B) contribuinte/mero pagador/contribuinte econômico/ contribuinte de fato/terceiro.
- C) contribuinte/contribuinte de fato/contribuinte econômico/mero pagador/responsável.
- D) devedor/contribuinte de fato/contribuinte econômico/ mero pagador/terceiro.
- E) contribuinte/contribuinte econômico/contribuinte de fato/mero pagador/responsável.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Tributário / Capacidade tributária

Fonte: AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL / Pref. Teresina/PI / 2016 / FCC

Q82.

Joãozinho, com seis anos de idade, recebeu doação de seus avós, a qual foi devidamente aceita pelos seus pais, em seu nome. Marcelo, empresário, perdeu o direito de administrar diretamente os seus bens, desde a decretação da falência de sua empresa, consoante o que determina o art. 103 da Lei Federal nº 11.101/05. A empresa Serviços Gerais Ltda., prestadora de serviços previstos na Lista de Serviços anexa à Lei Complementar Federal nº 116/03, funciona sem a devida inscrição no Cadastro de Contribuintes do ISS do Município em que se localiza, mas atua comercialmente como se regular fosse. Por determinação judicial, Maria Luisa encontra-se internada em hospital para doentes mentais, por sofrer de moléstia que a impede de praticar os atos do dia-a-dia, em razão de profunda alienação mental.

De acordo com as regras do Código Tributário Nacional, atinentes à capacidade tributária das pessoas para serem sujeitos passivos de obrigação tributária principal,

- A) Maria Luisa, que perdeu suas faculdades mentais, não reveste, por causa disso, a condição de sujeito passivo do Imposto de Renda, embora aufera rendimentos tributáveis por esse imposto.
- B) Marcelo não pode ser identificado como sujeito passivo do IPVA de veículo de sua propriedade, em relação aos fatos geradores ocorridos após a perda do direito de administrar seus bens, justamente por causa dessa perda.
- C) a empresa Serviços Gerais Ltda. não reveste a condição de sujeito passivo do ISS em relação aos serviços que presta, porque não está regularmente constituída, ainda que configure, indubitavelmente, uma unidade econômica.
- D) Joãozinho, por ser menor de idade, não pode ser identificado como sujeito passivo do ITCMD incidente sobre a doação recebida, ainda que a lei ordinária competente preveja que o donatário é o contribuinte desse imposto.

- E) a empresa Serviços Gerais Ltda. reveste a condição de sujeito passivo do IPTU relativo ao terreno que a referida sociedade adquiriu e no qual se localiza a sede da referida empresa.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Tributário / Domicílio tributário

Fonte: AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL / Receita Federal / 2009 / ESAF

Q83.

Sobre a disciplina conferida ao domicílio tributário, pelo Código Tributário Nacional, assinale a opção correta.

- A) O domicílio do contribuinte ou responsável, em regra, será estabelecido por eleição.
- B) O domicílio da pessoa jurídica de direito privado será o lugar em que estiver localizada sua sede.
- C) O domicílio da pessoa jurídica de direito público será o lugar em que estiver localizada sua sede.
- D) O lugar eleito pelo contribuinte como domicílio tributário não poderá ser recusado pela autoridade tributária, sob a alegação de prejuízo à atividade fiscalizatória.
- E) Caso a autoridade fiscal não consiga notificar a pessoa jurídica de direito privado em sua sede, poderá fazê-lo em qualquer de suas unidades.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Tributário / Crédito tributário: conceito e constituição

Fonte: ANALISTA TRIBUTÁRIO - INFORMÁTICA / Receita Federal / 2012 / ESAF

Q84.

Responda às perguntas abaixo e, em seguida, assinale a opção correta.

I. Se o lançamento não foi notificado ao sujeito passivo, pode ser livremente alterado pela autoridade?

II. A alteração de entendimento (modificação dos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa) no exercício do lançamento pode ser efetivada, em relação aos outros contribuintes, quanto a fato gerador ocorrido anteriormente à sua introdução?

III. A certidão com efeito de negativa pode ser expedida em favor de contribuinte que tenha efetuado o depósito do montante integral do crédito tributário, pois, em tal caso, este estará com sua exigibilidade suspensa?

- A) Não, não e não.
- B) Sim, sim e sim.
- C) Não, não e sim.
- D) Não, sim e não.
- E) Sim, não e não.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Tributário / Lançamento: conceito e modalidades de lançamento

Fonte: AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - AFRFB / Receita Federal / 2014 / ESAF

Q85.

Sobre o lançamento como forma de constituição do crédito tributário, assinale a opção correta.

- A) A obrigação de prestar declaração é determinante para a definição da modalidade de lançamento do tributo respectivo.
- B) Qualquer que seja a modalidade escolhida para o arbitramento, o fisco poderá levar a efeito o que mais favorecer o contribuinte.
- C) Nos tributos sujeitos a lançamento por homologação, o pagamento antecipado é o termo a quo do prazo para repetição e compensação de indébito.
- D) A legislação brasileira utiliza-se largamente da modalidade do lançamento por declaração, a maior parte dos tributos, especialmente nos impostos e contribuições sociais, seguem a sistemática.
- E) A natureza do ato homologatório difere da do lançamento tributário: enquanto este certifica a quitação, aquele certifica a dívida.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Tributário / Hipóteses de alteração do lançamento

Fonte: ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO - GABARITO 2 / Ministério da Fazenda / 2009 / ESAF

Q86.

Nos termos do Código Tributário Nacional, o lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos, exceto:

- A) quando a lei assim o determine.
- B) quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária.
- C) quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração, deixe de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade.
- D) quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória.
- E) quando se suspeite que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Tributário / Suspensão da exigibilidade do crédito tributário

Fonte: ANALISTA DE COMÉRCIO EXTERIOR - GRUPO III / MDIC / 2012 / ESAF

Q87.

O Código Tributário Nacional prevê hipóteses de suspensão do crédito tributário, entre elas a concessão de liminar em mandado de segurança. Sobre este, em matéria tributária, podemos afirmar que

- A) no caso de tributos federais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, a autoridade coatora em face de quem deverá ser interposto dependerá de estar o tributo em fase de fiscalização, de julgamento ou já inscrito em dívida ativa.
- B) somente se prestará para discussões que exijam dilação probatória nos casos em que seja cabível mandado de segurança coletivo.
- C) a liminar, ainda que tenha natureza precária, garante os atos praticados enquanto em vigor, ainda que não venha a ser confirmada ao final, pela decisão meritória.
- D) o mandado de segurança não constitui ação adequada para a declaração do direito à compensação tributária.
- E) o Juiz pode, em alguns casos, condicionar o deferimento de liminar ao depósito judicial do montante integral do tributo.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Tributário / Extinção do crédito tributário e suas modalidades

Fonte: ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO DE AVIAÇÃO CIVIL - ÁREA 1 / ANAC / 2016 / ESAF

Q88.

São formas de extinção do crédito tributário:

- A) isenção, pagamento, prescrição e moratória.
- B) parcelamento, isenção, transação e compensação.
- C) decadência, isenção, remissão e decisão judicial passada em julgado.
- D) pagamento, prescrição, remissão e compensação.
- E) anistia, transação, dação em pagamento e isenção.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Tributário / Exclusão do crédito tributário e suas modalidades

Fonte: AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL / Receita Federal / 2009 / ESAF

Q89.

Sobre a exclusão do crédito tributário, assinale a opção correta.

- A) Nas modalidades de exclusão do crédito tributário, verifica-se a ocorrência do fato gerador, a declaração da obrigação tributária e a constituição do crédito tributário, porém, não subsiste a obrigação de pagamento.
- B) A isenção é causa de não-incidência tributária.
- C) A União, mediante lei complementar e atendendo a relevante interesse social ou econômico nacional, poderá conceder isenções de impostos estaduais e municipais.
- D) Segundo orientação do Supremo Tribunal Federal, a revogação de isenção não se sujeita ao princípio da anterioridade, fazendo com que o tributo volte a ser imediatamente exigível.
- E) As isenções tributárias concedidas, sob condição onerosa, podem ser suprimidas por conveniência da Administração.

Direito Tributário / Administração tributária / Fiscalização

Fonte: AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - AFRFB / Receita Federal / 2014 / ESAF

Q90.

Sobre o recolhimento das contribuições previdenciárias em atraso, assinale a opção incorreta.

- A) No lançamento de ofício, aplica-se, a título de multa, um percentual sobre a totalidade ou diferença de contribuição nos casos de falta de pagamento ou recolhimento, de falta de declaração e nos de declaração inexata.
- B) Os juros constituem verdadeira indenização a ser paga pelo sujeito passivo, em razão de sua indisponibilidade financeira indevida, obtida pela empresa ao não recolher o devido em época própria. Possuem, portanto, caráter punitivo.
- C) Caso o sujeito passivo, uma vez notificado, efetue o pagamento, a compensação ou o parcelamento de seu débito, será concedida a redução da multa de lançamento de ofício.
- D) A rescisão do parcelamento implica o estabelecimento do montante da multa proporcionalmente a o valor da receita não satisfeita.
- E) A correção monetária tem como função única a atualização da expressão monetária utilizada, de tal maneira que não exista qualquer alteração no valor real da contribuição devida, que permanece imutável no seu equivalente em poder de compra.

Direito Tributário / Administração tributária / Dívida Ativa

Fonte: AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - AFRFB / Receita Federal / 2014 / ESAF

Q91.

Sobre a inscrição em dívida ativa tributária, assinale a opção incorreta.

- A) A inscrição em dívida ativa, que se constitui no ato de controle administrativo da legalidade, será feita, nos casos dos tributos de competência da União, pela Procuradoria da Fazenda Nacional.
- B) Trata-se do único ato de controle de legalidade, efetuado sobre o crédito tributário já constituído, que se realiza pela apreciação crítica dos profissionais legalmente competentes.
- C) O exame prévio efetuado para a inscrição em dívida ativa constitui uma garantia à cidadã de que aquele crédito, originário de uma obrigação não adimplida em tempo e forma devidos, foi devidamente apurado e teve sua existência confirmada por meio do controle administrativo de sua legalidade e legitimidade.
- D) Exige-se a notificação do sujeito passivo da lavratura da notificação do débito, da inscrição em dívida ativa e da extração da respectiva certidão, sob pena de nulidade.
- E) A Fazenda Nacional pode, graças à autorização contida em Portaria Ministerial do Ministro de Estado da Fazenda, deixar de inscrever em Dívida Ativa da União débitos consolidados de um mesmo sujeito passivo inferiores a determinado valor.

Direito Tributário / Administração tributária / Certidões Negativas

Fonte: ANALISTA JURÍDICO / SEFAZ/CE / 2006 / ESAF

Q92.

Em determinados casos previstos em lei, como para participar de concorrência pública, ou para ter deferido seu programa de recuperação judicial, poderá ser exigido que o contribuinte faça prova da quitação de seus tributos por meio de certidão negativa de tributos. Entretanto, tem os mesmos efeitos da certidão negativa a certidão positiva em que conste:

- I. a existência de crédito não vencido.
- II. a existência de crédito em curso de cobrança judicial, em que esteja garantido o juízo, por penhora ou depósito em garantia.
- III. a existência de crédito cuja exigibilidade esteja suspensa.
- IV. a existência de crédito prescrito.

Estão corretos:

- A) Apenas os itens I, II e III.
- B) Apenas os itens I e II.
- C) Apenas os itens I, III e IV.

- D) Apenas os itens II, III e IV.
- E) Todos os itens.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Tributário / Regime Geral de Previdência Social / Segurados obrigatórios

Fonte: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA FINALÍSTICA JURÍDICA / TCM/GO / 2015 / FCC

Q93.

Considere:

I. Servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com autarquia Federal.

II. Servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com Fundação Pública Federal.

III. Exercente de mandato eletivo estadual não vinculado a regime próprio de previdência social.

IV. Estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior.

De acordo com a Lei nº 8.212/1991 são segurados obrigatórios da Previdência Social como empregado os indicados em

- A) I, III e IV, apenas.
- B) I, II e III, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) I, II, III e IV.
- E) I, II e IV, apenas.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Tributário / Regime Geral de Previdência Social / Segurado facultativo: conceito, características

Fonte: AUDITOR FISCAL DO TRABALHO / MTE / 2010 / ESAF

Q94.

- Lista de Siglas e Abreviaturas da disciplina Segurança e Saúde no Trabalho

AFT – Auditor-Fiscal do Trabalho

ASO – Atestado de Saúde Ocupacional

CA – Certificado de Aprovação

CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNAE – Classificação Nacional de Atividade Econômica

dB (A) – decibel (circuito de compensação)

EPI – Equipamento de Proteção Individual

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

Fundacentro - Fundação Jorge Duprat de Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho

NTEP - Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário

NR – Norma Regulamentadora

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

PCMAT – Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção

PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde
Ocupacional
Petrobras – Petróleo Brasileiro S/A
P - máxima pressão de operação em kPa
V - volume geométrico interno em m³
SESMT – Serviços Especializados em Engenharia de
Segurança e em Medicina do Trabalho
SMT – Segurança e Medicina do Trabalho

Com relação aos segurados facultativos, à luz da legislação previdenciária vigente, assinale a opção correta.

- A) Pode ser menor de 14 anos.
- B) Pode ser segurado empregado.
- C) Pode ser aquele que deixou de ser segurado obrigatório da Previdência Social.
- D) Pode ser segurado especial.
- E) Pode ser segurado contribuinte individual.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Tributário / Financiamento da seguridade social / Receitas da União

Fonte: ANALISTA EM GESTÃO PREVIDENCIÁRIA / FUNAPE / 2017 / FCC

Q95.

Acerca das fontes constitucionais de financiamento da Seguridade Social, é correto afirmar:

- A) A contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social é fonte de financiamento da Seguridade Social.
- B) A contribuição do exportador de bens ou serviços ao exterior é uma fonte de financiamento da Seguridade Social.
- C) O rendimento de trabalhador que preste serviços sem vínculo empregatício constitui fonte de financiamento da Seguridade Social.
- D) O lucro das empresas não é fonte de financiamento da Seguridade Social, apenas a receita e seu faturamento.
- E) O montante líquido arrecadado por concursos de prognósticos é fonte de financiamento da Seguridade Social.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Tributário / Financiamento da seguridade social / Receitas das contribuições sociais: dos segurados, das empresas, do empregador doméstico, do produtor rural, do clube de futebol profissional, sobre a receita de concursos de prognósticos, receitas de outras fontes

Fonte: AUDITOR FISCAL / Receita Federal / 2012 / ESAF

Q96.

Sobre o financiamento da seguridade social, assinale a opção incorreta.

- A) A sociedade financia a seguridade social, de forma indireta, entre outras formas, por meio das contribuições para a seguridade social incidentes sobre a folha de salários.
- B) O financiamento da seguridade social por toda a sociedade revela, entre outros, seu caráter solidário.
- C) A seguridade social conta com orçamento próprio, que não se confunde com o orçamento fiscal.
- D) O custeio da seguridade social também ocorre por meio de imposições tributárias não vinculadas previamente a tal finalidade.
- E) O financiamento da seguridade social também pode ensejar a instituição, pela União, no exercício de sua competência residual, de contribuição específica.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Tributário / Financiamento da seguridade social / Salário-de-contribuição / Conceito

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRT 15ª / 2013 / FCC

Q97.

Integra o salário-de-contribuição, devendo incidir contribuições previdenciárias:

- A) o auxílio-doença e o auxílio-acidente pagos pela Previdência Social a empregados, nos termos e limites legais.

- B) a parcela "in natura" recebida de acordo com os programas de alimentação aprovados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.
- C) a parcela recebida a título de vale-transporte, na forma da legislação própria.
- D) a ajuda de custo, em parcela única, recebida exclusivamente em decorrência de mudança de local de trabalho do empregado.
- E) a importância paga ao empregado a título de complementação ao valor do auxílio-doença, quando este direito não seja extensivo à totalidade dos empregados.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Tributário / Financiamento da seguridade social / Salário-de-contribuição / Parcelas integrantes e parcelas não-integrantes

Fonte: AUDITOR FISCAL / Receita Federal / 2012 / ESAF

Q98.

Sobre as verbas que não integram o salário-de-contribuição, analise os itens a seguir, classificando-os como corretos ou incorretos, para, a seguir, assinalar a assertiva que corresponda à sua opção.

- I. A ajuda de custo, em parcela única, recebida exclusivamente em decorrência de mudança de local de trabalho do empregado.
- II. A importância recebida a título de bolsa de complementação educacional de estagiário quando paga nos termos da Lei n. 6.494/77.
- III. A participação nos lucros ou resultados da empresa, quando paga ou creditada de acordo e nos limites de lei específica.
- IV. O abono do Programa de Integração Social-PIS e do Programa de Assistência ao Servidor Público-PASEP.
- V. A importância paga ao empregado a título de complementação ao valor do auxílio-doença, desde que este direito seja extensivo aos demais empregados da empresa.

Estão corretos apenas os itens:

- A) I, II e IV.
- B) II, IV e V.
- C) II e V.
- D) I e V.
- E) Todos os itens estão corretos.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Tributário / Financiamento da seguridade social / Arrecadação e recolhimento das contribuições destinadas à seguridade social

Fonte: CONSELHEIRO SUBSTITUTO - AUDITOR / TCE/CE / 2015 / FCC

Q99.

Sobre o sistema de custeio e financiamento da Seguridade Social no Brasil, nos termos da doutrina e da legislação pertinente, é INCORRETO afirmar:

- A) O financiamento direto se dá mediante contribuições e o indireto mediante receitas orçamentárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- B) A receita dos concursos de prognósticos faz parte das contribuições sociais que custeiam a Seguridade Social.
- C) Nenhum benefício ou serviço será criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.
- D) Não há previsão para contribuição social para o importador de bens ou serviços do exterior, mas apenas para o exportador.
- E) O pescador artesanal que exerce atividade em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirá mediante aplicação de uma alíquota sobre a comercialização da produção.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Contabilidade Geral / Princípios Contábeis Fundamentais

Fonte: CONTADOR / FUNAI / 2016 / ESAF

Q100.

Tendo por fundamento a Resolução CFC nº. 750/93, de 29 de dezembro de 1993, e suas alterações posteriores, bem como a essência de cada um dos

princípios de Contabilidade, é incorreto afirmar que:

- A) pelo princípio da competência, as receitas são consideradas realizadas nas transações no momento da ocorrência do fato gerador, independentemente do efetivo recebimento.
- B) de acordo com o princípio do registro pelo valor original, a avaliação dos componentes patrimoniais deve ser feita com base nos valores de entrada, considerando-se como tais os resultantes do consenso com os agentes externos ou de imposição destes. Porém, isso não impede a variação do custo histórico em função de alguns fatores como custo corrente ou valor presente por exemplo.
- C) o princípio da oportunidade determina que os registros contábeis sejam feitos com tempestividade, no momento em que o fato ocorra, e com integridade, pelo seu valor completo.
- D) o princípio da continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.
- E) o princípio da prudência impõe a escolha da hipótese de que resulte maior patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais princípios.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Contabilidade Geral / Patrimônio: Componentes Patrimoniais: Ativo, Passivo e Situação Líquida (ou Patrimônio Líquido); Diferenciação entre Capital e Patrimônio

Fonte: CONTADOR / MTur / 2014 / ESAF

Q101.

Assinale a opção correta.

- A) Na representação gráfica do patrimônio, devem constar os grupos Ativo Circulante, Ativo Permanente, Passivo Circulante e Patrimônio Líquido.
- B) Capital Social é o mesmo que o capital aplicado pelos sócios na atividade empresarial.
- C) O capital próprio mais o capital de terceiros é o capital aplicado no patrimônio.
- D) O valor dos bens, dos direitos e das obrigações é o valor do patrimônio líquido da empresa.
- E) Dá-se o nome de patrimônio bruto ao valor dos ativos aplicados na atividade empresarial.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Contabilidade Geral / Equação Fundamental do Patrimônio

Fonte: CONTADOR / FUNAI / 2016 / ESAF

Q102.

Considere os dados extraídos das demonstrações contábeis da empresa Cidadã S.A. referente ao exercício financeiro de 2015:

Descrição	R\$ (mil)
AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL	
Com Reservas de Lucros	40.000
Por integralização em dinheiro	90.000
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL (devedora)	12.000
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	85.000
DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO:	
Transferências para reservas	
Reserva Legal	4.250
Reserva Estatutária	17.000
Reserva para Contingências	25.500
Dividendos Adicionais Propostos	10.625
Dividendo Mínimo Obrigatório	27.625

Com base nestas informações, o aumento no saldo do Patrimônio Líquido em 2015 foi, em milhares de reais, de

- A) 164.750,00.
- B) 78.000,00.
- C) 159.375,00.
- D) 124.750,00.
- E) 135.375,00.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Contabilidade Geral / Representação Gráfica dos Estados Patrimoniais

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - CONTABILIDADE / TRT 20ª / 2011 / FCC

Q103.

Quando a soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante for superior ao total dos ativos, verifica-se a presença de

- A) uma riqueza própria.
- B) um ativo negativo.
- C) um PL negativo.
- D) um ativo inferior ao PL.
- E) um PL nulo.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Contabilidade Geral / Fatos Contábeis e Respectivas Variações Patrimoniais

Fonte: ANALISTA - NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA / CVM / 2010 / ESAF

Q104.

Tradicional defensor de instrumentos ortodoxos de política econômica, o Fundo Monetário Internacional (FMI) admitiu o uso de controles de capital para combater a formação de bolhas financeiras e o fluxo exagerado de investimentos estrangeiros que valorizam excessivamente as moedas nacionais em relação ao dólar. Entre as opções, está a tributação do ingresso de recursos, caminho escolhido pelo Brasil, que elevou de 4% para 6% a alíquota do imposto de operações financeiras (IOF) nas aplicações de

renda fixa. Outra possibilidade é a proibição de retirada do dinheiro por um tempo determinado, como fez o Chile. Por enquanto a equipe econômica brasileira resiste em adotar este passo, pois, para o economista americano J. L., o reforço no balanço orçamentário e as ações de caráter mais estrutural são, muitas vezes, as respostas mais adequadas para o aumento de fluxos. "Mas pode haver circunstâncias em que os controles cambiais sejam úteis, numa medida temporária, para lidar com esse crescimento de capital", afirma.

(Adaptado de Correio Braziliense, 19 de outubro de 2010)

A empresa Material de Construções Ltda. adquiriu 500 sacos de argamassa Votoram, de 20 kg cada um, ao custo unitário de R\$1,00 o quilo, pagando 15% de entrada e aceitando duplicatas pelo valor restante. A operação foi isenta de tributação.

Do material comprado, 10% serão para consumo posterior da própria empresa e o restante, para revender.

O registro contábil dessa transação é, tipicamente, um lançamento de quarta fórmula, e o fato a ser registrado é um Fato Administrativo

- A) composto aumentativo.
- B) composto diminutivo.
- C) modificativo aumentativo.
- D) modificativo diminutivo.
- E) Permutativo.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Contabilidade Geral / Contas: Conceito, Débito, Crédito e Saldo – Teorias, Função e Estrutura das Contas – Contas Patrimoniais e de Resultado

Fonte: ANALISTA TÉCNICO-ADMINISTRATIVO / PECFAZ / 2013 / ESAF

Q105.

A Teoria Materialista das Contas é aquela que classifica todos os títulos contábeis como sendo

- A) Contas Materiais e Contas Imateriais.
- B) Contas Integrais e Contas Diferenciais.
- C) Contas Patrimoniais e Contas de Resultado.
- D) Contas de Agentes e Contas do Proprietário.
- E) Contas de Agentes Consignatários e Contas do Proprietário.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Contabilidade Geral / Apuração de Resultados

Fonte: ANALISTA DE COMÉRCIO EXTERIOR - GRUPO IV / MDIC / 2012 / ESAF

Q106.

Empresa Aceleração S.A.

	Motor 1: Fórmula	Motor 2: Agilex
Matéria-Prima	R\$300,00 por unidade	R\$100,00 por unidade
Mão de Obra Direta	R\$80,00 por hora 3 horas por unidade	R\$50,00 por hora / 2 horas por unidade
Preço de Venda	R\$600,00	R\$300,00
Custos Fixos	R\$2.000,00	R\$3.000,00
Despesas Fixas	R\$4.000,00	R\$2.000,00

A demanda requerida pelo mercado é de 50 unidades por exercício (ano) de cada produto.

A margem de contribuição de cada produto é, respectivamente:

- A) R\$100,00, R\$50,00.
- B) R\$30,00, R\$50,00.
- C) R\$220,00, R\$150,00.
- D) R\$60,00, R\$100,00.
- E) R\$50,00, R\$30,00.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Contabilidade Geral / Sistemas de Contas. Plano de Contas

Fonte: ANALISTA CONTADOR / COPERGÁS / 2011 / FCC

Q107.

Considere a relação de contas a seguir:

Bancos C/Movimento
Mercadorias em Estoque
Fornecedores
Reserva de Lucros para Expansão
Custo das Mercadorias Vendidas
Receitas Financeiras
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa
Reserva de Capital de Ágio na Emissão de Ações
Duplicatas a Receber (curto prazo)
Imóveis
Máquinas e Equipamentos
Contas a Pagar
Despesas com Salários
Receita de Vendas
Depreciação Acumulada
Capital
Ações em Tesouraria

É correto afirmar que, nessa lista, há:

- A) cinco contas de resultado.
 - B) doze contas patrimoniais.
 - C) cinco contas classificadas no Ativo Circulante.
 - D) duas contas patrimoniais redutoras do Ativo.
 - E) quatro contas patrimoniais classificadas no Patrimônio Líquido.
-

Contabilidade Geral / Provisões em Geral

Fonte: ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE - CONTÁBIL / STN / 2012 / ESAF

Q108.

São condições para o reconhecimento de provisões

- A) a existência de uma obrigação presente, legal ou não formalizada, consequente de um evento passado, ter uma provável necessidade de saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação e que permita ser efetuada uma estimativa suficiente de segurança do valor da obrigação.
- B) identificação de uma obrigação passada como consequência de um evento financeiro, representando uma provável exigência de saída de fluxo de caixa, que poderá impactar em eventos futuros mesmo que a probabilidade para a definição efetiva de valor não seja formada por uma base de cálculo determinada por um critério definido e aceito de forma corrente.
- C) verificação da probabilidade ainda que remota da identificação de uma obrigação futura consequente de um evento presente, que exista uma provável necessidade de saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação e que possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.
- D) ocorrência de um evento presente com possibilidade remota de que a entidade venha a incorrer em saídas de recursos financeiros no futuro, sem a existência de uma obrigatoriedade legal mesmo que não seja efetuada em uma base confiável para definição de valor.
- E) perspectiva de um evento presente resultar em obrigação, mesmo que seja baseado em eventos remotos, e ainda que a possibilidade de estimativa do valor venha a ser efetuada em bases suficientemente seguras para atender à competência de exercício.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Contabilidade Geral / Escrituração / Conceito e Métodos; Sistema de Partidas Dobradas

Fonte: AUDITOR FISCAL / Receita Federal / 2012 / ESAF

Q109.

Na identificação e determinação de erro contábil de períodos anteriores, devem ser consideradas as omissões e incorreções nas demonstrações contábeis da entidade de um ou mais períodos anteriores que

- A) não estavam disponíveis quando da autorização para divulgação das demonstrações contábeis desses períodos e não retroagissem a prazo superior a dois exercícios contábeis.
- B) somente quando se verifica efetivamente fraudes administrativas nos cálculos e informações que respaldaram as informações sobre as quais as demonstrações retrospectivas foram baseadas.
- C) na avaliação de seus efeitos incluíssem os efeitos decorrentes de cálculos matemáticos ou aplicação equivocada de políticas contábeis que não retroagissem a cinco períodos contábeis.
- D) contivessem informações que pudessem ter sido razoavelmente obtidas e levadas em consideração na elaboração e na apresentação dessas demonstrações contábeis.
- E) a necessidade de uma reapresentação retrospectiva exigir premissas baseadas no que teria sido a intenção da Administração naquele momento passado e não produzissem efeitos fiscais.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Contabilidade Geral / Escrituração / Lançamento Contábil: Rotina e Fórmulas

Fonte: CONTADOR / FUNAI / 2016 / ESAF

Q110.

A Cia. de Comércio Marítimo S.A. apresentou as seguintes demonstrações contábeis:

Balço Patrimonial			(em reais)		
Ativo	31/12/14	31/12/15	Passivo	31/12/14	31/12/15
Ativo Circulante	200.000	300.000	Passivo Circulante	105.000	65.000
Disponível	110.000	215.000	Fornecedores	70.000	21.000
Duplicatas a Receber	50.000	60.000	Imposto de Renda e CSLL a Pagar	20.000	10.000
Estoques	40.000	25.000	Dividendos a Pagar	15.000	34.000
			Passivo Não Circulante	100.000	115.000
			Empréstimos	100.000	115.000
Ativo Não Circulante	300.000	270.000			
Imobilizado			Patrimônio Líquido	295.000	390.000
Equipamentos	300.000	300.000	Capital Social	250.000	250.000
Depreciação Acumulada	-	(30.000)	Reservas de Lucro	45.000	140.000
Total do Ativo	500.000	570.000	Total do Passivo + PL	500.000	570.000

Demonstração do Resultado	
Período: 01/01/2015 a 31/12/2015 (em reais)	
Receita Líquida de Vendas	735.000
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(404.000)
(=) Lucro Bruto	331.000
(-) Despesas Operacionais	
Despesas de salários	(90.000)
Despesa de Seguros	(22.000)
Despesa de depreciação	(30.000)
(=) Resultado antes do Resultado Financeiro	189.000
(-) Despesa financeira (juros)	(15.000)
(=) Resultado antes do Imposto de Renda e CSLL	174.000
(-) Despesa com Imposto de Renda e CSLL	(45.000)
(=) Lucro Líquido	129.000

De acordo com as demonstrações contábeis acima e sabendo-se que os juros não foram pagos, o fluxo de caixa gerado pelas Atividades Operacionais no ano de 2015 foi, em reais, de

- A) 129.000,00.
- B) 174.000,00.
- C) 105.000,00.
- D) 120.000,00.
- E) 139.000,00.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Contabilidade Geral / Escrituração / Processo de Escrituração. Escrituração de Operações Financeiras

Fonte: CONTADOR / FUNAI / 2016 / ESAF

Q111.

A empresa Vende Tudo S.A. adquiriu, em 31/01/2015, um lote de produtos para serem comercializados no valor de R\$510.000,00, a prazo. Em função de sua situação financeira, a empresa negociou com seu fornecedor para que pudesse pagar estes produtos em 15/05/2016. Sabe-se que, se a empresa Vende Tudo S.A. tivesse adquirido estes produtos à vista, teria pago R\$380.000,00. Em 03/02/2015, a empresa vendeu 60% deste

lote de produtos por R\$444.000,00, para serem recebidos integralmente em 15/06/2016. Sabe-se que, se a venda tivesse sido à vista, a empresa Vende Tudo S.A. teria recebido R\$377.000,00. Com base nestas informações, é correto afirmar que a empresa Vende Tudo S.A. reconheceu, em reais,

- A) Estoques no valor de 510.000,00, na data da aquisição.
- B) Receita de Vendas no valor de 444.000,00, na data da venda.
- C) Receita de Vendas no valor de 377.000,00 e Custo das Mercadorias Vendidas no valor de 228.000,00, na data da venda.
- D) Receita de Vendas no valor de 377.000,00 e Custo das Mercadorias Vendidas no valor de 306.000,00, na data da venda.
- E) Receita de Vendas no valor de 444.000,00 e Custo das Mercadorias Vendidas no valor de 228.000,00, na data da venda.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Contabilidade Geral / Livros de Escrituração: Obrigatoriedade, Funções e Formas de Escrituração. Erros de Escrituração e suas correções

Fonte: ASSISTENTE TÉCNICO DE CONTABILIDADE / SERGIPE GÁS / 2010 / FCC

Q112.

São obrigatórios e constituem registros permanentes da entidade, os livros:

- A) diário e de contas correntes.
- B) razão e de apuração tributária.
- C) caixa e de registro de ações.
- D) diário e o razão.
- E) caixa e diário.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Contabilidade Geral / Balancete de Verificação

Fonte: CONTADOR / Ministério da Fazenda / 2013 / ESAF

Q113.

Na data de encerramento do exercício social, a empresa ABN S.A. apresentou a seguinte relação de contas e saldos constantes do seu livro Razão:

Contas	Saldos
Capital Social	18.000,00
Receitas de Vendas	16.500,00
Duplicatas a Receber	14.000,00
Duplicatas a Pagar	13.000,00
Clientes	12.000,00
Fornecedores	11.000,00
Móveis e Utensílios	10.000,00
Veículos	9.000,00
Bancos c/Movimento	8.500,00
Custo das Vendas	6.800,00
Reserva Legal	6.300,00
Empréstimos Obtidos	6.000,00
Mercadorias	5.000,00
Ações de Coligadas	4.300,00
Salários e Ordenados	4.200,00
Provisão p/Férias	3.500,00
Descontos Concedidos	3.200,00
Depreciação Acumulada	2.900,00
Aluguéis Ativos	2.500,00
Depreciação	2.100,00
Capital a Realizar	1.800,00
Juros Ativos	1.500,00
Caixa	1.500,00
Provisão p/Devedores Duvidosos	1.100,00
Provisão p/IR	1.000,00
Devedores Duvidosos	900,00

Ao mandar elaborar um balancete geral de verificação a partir dos saldos acima, a empresa encontrará saldos devedores no valor de

- A) R\$ 83.300,00.
- B) R\$ 81.500,00.
- C) R\$ 80.400,00.
- D) R\$ 79.300,00.
- E) R\$ 77.500,00.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Contabilidade Geral / Balanço Patrimonial / Obrigatoriedade e apresentação

Fonte: CONTADOR / FUNAI / 2016 / ESAF

Q114.

São itens classificados como Ativo Circulante, Ativo Intangível e Patrimônio Líquido, respectivamente,

- A) caixa; investimentos em ações para negociação futura; dividendos a pagar.
- B) aplicações financeiras com vencimento em 60 dias; direito de uso de uma marca; ações em tesouraria.
- C) adiantamento de clientes; direitos de exploração de rodovias; reserva legal.
- D) valores a receber de clientes; investimento em controladas; capital social.
- E) seguros pagos antecipadamente; benfeitorias em imóveis de terceiros; dividendos a receber.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Fonte: CONTADOR / FUNAI / 2016 / ESAF

Q115.

Contas do balanço patrimonial da empresa XYZW Ltda.:

Aplicações Financeiras	10.000
Capital Social	48.000
Debêntures	48.000
Disponibilidades	48.000
Duplicatas Descontadas	15.200
Estoques	32.000
Financiamentos	20.800
Fornecedores	10.000
Imobilizado	32.000
Intangível	14.000
Investimentos	8.000
Realizável a Longo Prazo	52.000
Reserva de Lucros	14.000

Com base nas informações das contas acima, é correto afirmar que:

- A) o passivo circulante é de 48.000.
- B) o ativo circulante é de 62.000.
- C) o patrimônio líquido é de 90.000.
- D) o ativo não circulante é de 106.000 .
- E) o passivo não circulante é de 46.000.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Contabilidade Geral / Classificação das Contas, Critérios de Avaliação do Ativo e Passivo e Levantamento do Balanço de acordo com a Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações)

Fonte: ANALISTA MINISTERIAL - AUDITOR DE CONTAS PÚBLICAS / MPE/PB / 2015 / FCC

Q116.

Para que ativos e passivos sejam ajustados a valor presente eles devem:

I. Ser uma transação que dá origem a um ativo, a um passivo, a uma receita ou a uma despesa ou outra mutação do patrimônio líquido cuja contrapartida é um ativo ou um passivo com liquidação financeira (recebimento ou pagamento) em data igual a da data do reconhecimento desses elementos.

II. Ter reconhecimento periódico de mudanças de valor, utilidade ou substância de ativos ou passivos similares e empregar método de alocação de descontos.

III. Ser um conjunto particular de fluxos de caixa exatos e claramente associado a um ativo ou a um passivo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- A) II.
- B) I.
- C) III.

- D) I e II.
- E) II e III.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Contabilidade Geral / Demonstração do Resultado do Exercício: Estrutura, Características e Elaboração de acordo com a Lei nº 6.404/76

Fonte: ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE - CONTÁBIL / STN / 2012 / ESAF

Q117.

A Cia. de Transportes Pontual atua no ramo de entregas de encomendas utilizando 30 motocicletas. Após inúmeros problemas verificados em razão da falta de pontualidade de entrega, as condições de locomoção, risco do negócio e os resultados negativos obtidos, resolve encerrar esse tipo de atividade, passando a atuar no ramo de transportes de produtos in natura, utilizando caminhões pesados. Em 20/03/2011, ao desfazer-se das motocicletas, via leilão, identifica os seguintes valores:

(Valores em R\$)

Valor da Venda	300.000
Despesas necessárias para venda dos itens	(12.000)
Tributos incidentes sobre a negociação	(18.000)
Valor Líquido Contábil	270.000

Com base nas informações, pode-se afirmar que:

- A) o resultado apurado nessa operação deve ser divulgado em um único valor na Demonstração do Resultado do Exercício, separadamente do resultado das operações em continuidade e a análise do valor apurado divulgado em notas explicativas.
- B) a contabilidade da empresa deve transferir os valores constantes do imobilizado para a conta de baixa de imobilizados, registrar as despesas e os tributos nas despesas operacionais e reconhecer como ganhos em operações descontinuadas o valor total recebido na venda.
- C) o recebimento do valor da venda deve ser registrado a crédito de receitas extraordinárias e o valor de R\$ 270.000,00 deve ser baixado a débito dessa mesma conta para evidenciar o resultado líquido de R\$ 30.000,00 na Demonstração de Resultado como Lucros de Operações Descontinuadas.
- D) os registros devem ser efetuados a crédito de Receitas com Imobilizados, as despesas como Despesa Operacional, os tributos e a baixa dos itens vendidos debitados como Custo do Imobilizado a crédito de Caixa e Imobilizado respectivamente.
- E) Nessa operação a empresa apurou um ganho líquido de R\$ 8.000,00 que deve ser apresentado na Demonstração do Exercício como Ganhos/Perdas de Capital com Imobilizados no grupo de outros resultados operacionais.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Contabilidade Geral / Apuração da Receita Líquida, do Custo das Mercadorias ou dos Serviços Vendidos e dos Lucros / Bruto, Operacional e Não-Operacional do Exercício, do Resultado do Exercício antes e depois da Provisão para o Imposto sobre a Renda e para a Contribuição Social sobre o Lucro

Fonte: CONTADOR / PECFAZ / 2013 / ESAF

Q118.

A relação seguinte trata dos saldos do livro Razão da sociedade comercial Ostra Cisma apresentada com vistas à elaboração das demonstrações financeiras do exercício de 2012:

Contas	Saldos
Caixa	1.200,00
Fornecedores	8.800,00
Custo das Vendas	5.440,00
Capital Social	14.400,00
Bancos c/Movimento	6.800,00
Duplicatas a Pagar	10.400,00
ICMS sobre Vendas	1.400,00
Receitas de Vendas	13.200,00

Clientes	9.600,00
Provisão p/Férias	1.900,00
Salários e Ordenados	3.360,00
Aluguéis Ativos	2.000,00
Duplicatas a Receber	11.200,00
Empréstimos Obtidos	4.800,00
Juros Ativos	1.200,00
Descontos Concedidos	1.160,00
Mercadorias	4.000,00
ICMS a Recolher	1.700,00
Depreciação	1.680,00
Ações de Coligadas	3.440,00
Provisão p/Devedores Duvidosos	880,00
Móveis e Utensílios	8.000,00
Reserva Legal	5.040,00
Capital a Realizar	1.440,00
Veículos	7.200,00
Depreciação Acumulada	2.320,00
Devedores Duvidosos	720,00

Calculando o resultado do exercício, vamos encontrar:

- A) R\$ 9.560,00 de lucro operacional bruto.
- B) R\$ 7.760,00 de lucro operacional bruto.
- C) R\$ 6.060,00 de lucro operacional líquido.
- D) R\$ 2.640,00 de lucro líquido do exercício.
- E) R\$ 2.340,00 de lucro líquido do exercício.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Legislação Tributária / IR: Tributação das pessoas físicas / Renda e Proventos

Fonte: ANALISTA TRIBUTÁRIO / Receita Federal / 2012 / ESAF

Q119.

Constitui rendimento para fins do Imposto sobre a Renda, exceto,

- A) todo o produto do capital.
- B) o provento de qualquer natureza.
- C) o acréscimo patrimonial não correspondente aos rendimentos declarados.
- D) a pensão e os alimentos percebidos em mercadoria.
- E) todo produto do trabalho.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Legislação Tributária / IR: Tributação das pessoas físicas / Responsáveis

Fonte: ANALISTA TRIBUTÁRIO / Receita Federal / 2012 / ESAF

Q120.

É pessoalmente responsável pelo pagamento do Imposto de Renda da Pessoa Física

- A) o sucessor a qualquer título quando se apurar, na abertura da sucessão, que o de cujos não apresentou declaração de rendimentos de exercícios anteriores, caso em que responde por toda a dívida.
- B) o espólio, pelo tributo devido pelo de cujos, quando se apurar que houve falta de pagamento de imposto devido até a data da abertura da sucessão, sendo que, nesse caso, não serão cobrados juros moratórios e multa de mora.
- C) o cônjuge meeiro, quando se apurar, na abertura da sucessão, que o de cujos apresentou declaração de exercícios anteriores com omissão de rendimentos, mesmo que a declaração tenha sido em separado.
- D) o sucessor a qualquer título, pelo tributo devido pelo de cujos até a data da partilha ou da adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da herança.
- E) o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro quando se apurar, na abertura da sucessão, que o de cujos não apresentou declaração de rendimentos de exercícios anteriores ou o fez com omissão de rendimentos, caso em que respondem por toda a dívida.

Legislação Tributária / IR: Tributação das pessoas físicas / Fato gerador; Base de cálculo

Fonte: AUDITOR FISCAL / Receita Federal / 2012 / ESAF

Q121.

De acordo com a legislação tributária, assinale a opção correta.

- A) Na determinação da base de cálculo do imposto de renda incidente sobre valores recebidos em decorrência de cobertura por sobrevivência em apólices de seguros de vida, poderão ser deduzidos os valores dos respectivos prêmios pagos, observada a legislação aplicável à matéria.
- B) Os rendimentos recebidos acumuladamente, a partir de 28 de julho de 2010, relativos a anos-calendário anteriores ao do recebimento, salvo quando pagos por pessoa física, serão tributados exclusivamente na fonte, no mês do recebimento ou crédito, em separado dos demais rendimentos recebidos no mês, quando relativos a rendimentos do trabalho ou a aposentadoria, pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- C) A base de cálculo do imposto de renda na fonte devido pelos trabalhadores portuários avulsos, inclusive os pertencentes à categoria de "arrumadores", será o total do valor pago ao trabalhador pelo órgão gestor de mão de obra do trabalho portuário, desde que esse valor corresponda à quantia paga por, no máximo, três empresas para as quais o beneficiário tenha prestado serviço.
- D) Estão sujeitos ao imposto de renda na fonte os rendimentos distribuídos pelos Fundos de Investimento Imobiliários cujas quotas sejam admitidas à negociação exclusivamente em bolsas de valores ou no mercado de balcão organizado.
- E) Está sujeita ao imposto de renda na fonte a remuneração produzida por letras hipotecárias, certificados de recebíveis imobiliários e letras de crédito imobiliário.

Legislação Tributária / IR: Tributação das pessoas jurídicas / Responsáveis

Fonte: ANALISTA TRIBUTÁRIO / Receita Federal / 2012 / ESAF

Q122.

Respondem pelo Imposto de Renda devido pelas pessoas jurídicas, exceto

- A) a pessoa física sócia da pessoa jurídica extinta mediante liquidação que continuar a exploração da atividade social.
- B) as sociedades que receberem parcelas do patrimônio da pessoa jurídica extinta por cisão.
- C) a pessoa jurídica que incorporar outra.
- D) a pessoa jurídica resultante da transformação de outra.
- E) a pessoa jurídica que adquirir unidade produtiva isolada.

Legislação Tributária / IR: Tributação das pessoas jurídicas / Domicílio Fiscal

Fonte: ANALISTA TRIBUTÁRIO / Receita Federal / 2012 / ESAF

Q123.

Quanto ao domicílio fiscal da pessoa jurídica, relativo ao Imposto sobre a Renda, assinale a opção correta.

- A) Quando houver pluralidade de estabelecimentos, a pessoa jurídica pode optar pelo lugar onde se achar a residência do sócio administrador ou a sede da empresa.
- B) Quando existir um único estabelecimento, o domicílio será o lugar da situação deste.
- C) O domicílio fiscal de residentes ou domiciliados no exterior é o lugar onde se achar a residência do procurador ou representante no país.
- D) Quando a empresa é fonte pagadora, o domicílio será no estabelecimento centralizador de suas operações, independentemente do lugar do estabelecimento que pagar, creditar, remeter ou empregar rendimento sujeito ao imposto no regime de tributação na fonte.
- E) No caso de eleição de domicílio que dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, a autoridade pode considerar como tal o lugar da residência do administrador.

Legislação Tributária / IR: Tributação das pessoas jurídicas / Base de cálculo

Fonte: AUDITOR FISCAL / Receita Federal / 2012 / ESAF

Q124.

De acordo com a legislação tributária em vigor, assinale a opção incorreta.

- A) Os lucros auferidos no exterior, por intermédio de filiais, sucursais, controladas ou coligadas, serão computados para fins de determinação do lucro real no balanço levantado em 31 de dezembro do ano-calendário em que tiverem sido disponibilizados para a pessoa jurídica domiciliada no Brasil.
- B) Para fins de determinação da base de cálculo do imposto de renda, os lucros auferidos por controlada ou coligada no exterior serão considerados disponibilizados para a controladora ou coligada no Brasil na data do balanço do qual constar a sua distribuição para a pessoa jurídica domiciliada no Brasil, na forma do regulamento.
- C) Os prejuízos e perdas apurados por filiais, sucursais ou controladas, no exterior, de pessoas jurídicas domiciliadas no Brasil, não serão compensados com lucros auferidos no Brasil para fins de apuração do lucro real.
- D) A pessoa jurídica poderá compensar o imposto de renda incidente, no exterior, sobre os lucros, rendimentos e ganhos de capital computados no lucro real, até o limite do imposto de renda incidente, no Brasil, sobre os referidos lucros, rendimentos ou ganhos de capital.
- E) Serão computados na determinação do lucro real os resultados líquidos, positivos ou negativos, obtidos em operações de cobertura (hedge) realizadas em mercados de liquidação futura, diretamente pela empresa brasileira, em bolsas no exterior.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Legislação Tributária / IR: Tributação das pessoas jurídicas / Lucro real

Fonte: ANALISTA CONTADOR / COPERGÁS / 2011 / FCC

Q125.

A Cia. Tempestade no Deserto optou por ser tributada pelo lucro real anual no ano-calendário de 2011. As seguintes informações, em R\$, foram extraídas de sua escrituração contábil relativa ao mês de setembro de 2011:

Receita Bruta da Venda de Mercadorias.....	600.000,00
Lucro na Venda de Ativo Imobilizado de Propriedade da Empresa	22.000,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras.....	20.000,00

O coeficiente a ser utilizado sobre a receita bruta é, nesse caso, 8%. A alíquota do imposto é de 15% e há a incidência de um adicional de 10% sobre o valor da base de cálculo que ultrapassar R\$ 20.000,00 multiplicado pelo número de meses do período de apuração. O total do imposto de renda mensal a ser pago por estimativa corresponde a, em R\$,

- A) 10.500,00.
- B) 48.000,00.
- C) 28.800,00.
- D) 20.500,00.
- E) 15.500,00.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Legislação Tributária / IR: Tributação das pessoas jurídicas / Lucro presumido

Fonte: ANALISTA DESENVOLVIMENTO GESTÃO JÚNIOR - CIÊNCIAS CONTÁBEIS / Metrô/SP / 2012 / FCC

Q126.

A Cia. Universal é tributada pelo imposto de renda com base no lucro presumido no quarto trimestre de 2011 e foram extraídas as seguintes informações (em R\$) de sua escrituração contábil:

Receita Bruta sobre a Revenda de Mercadorias	450.000,00
Receita Bruta sobre Serviços	120.000,00
Ganho de capital na alienação de bens do	
Ativo não Circulante	40.000,00
Rendimentos de aplicações financeiras de renda fixa	20.000,00

Os coeficientes de presunção do lucro são 8% para a revenda de mercadorias e 32% sobre a prestação de serviços. O valor do lucro presumido da companhia, em R\$, no referido trimestre correspondeu a

- A) 134.400,00.
- B) 110.440,00.

- C) 74.400,00.
- D) 74.440,00.
- E) 94.440,00.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Legislação Tributária / IR: Tributação das pessoas jurídicas / Lucro arbitrado

Fonte: AUDITOR FISCAL / Receita Federal / 2012 / ESAF

Q127.

Julgue os itens abaixo, classificando-os como corretos [C] ou errados [E], de acordo com a sua correspondência com as hipóteses legais que determinam a apuração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) sobre o lucro arbitrado. Em seguida, escolha a opção adequada às suas respostas.

I. Quando o contribuinte, obrigado à tributação com base no lucro real, não mantiver escrituração na forma das leis comerciais e fiscais, ou deixar de elaborar as demonstrações financeiras exigidas pela legislação fiscal.

II. Quando a escrituração a que estiver obrigado o contribuinte revelar evidentes indícios de fraudes ou contiver vícios, erros ou deficiências que a tornem imprestável para identificar a efetiva movimentação financeira, inclusive bancária.

III. Quando a escrituração a que estiver obrigado o contribuinte revelar evidentes indícios de fraudes ou contiver vícios, erros ou deficiências que a tornem imprestável para determinar a receita bruta.

IV. Quando o contribuinte optar indevidamente pela tributação com base no lucro presumido.

V. Quando o contribuinte não mantiver, em boa ordem e segundo as normas contábeis recomendadas, Livro Razão ou fichas utilizadas para resumir e totalizar, por conta ou subconta, os lançamentos efetuados no Diário.

- A) Apenas os itens I, II, III e V estão corretos.
- B) Apenas os itens I, II, IV e V estão corretos.
- C) Apenas os itens I, IV e V estão errados.
- D) Apenas o item II está errado.
- E) Todos os itens estão corretos.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Legislação Tributária / IR: Tributação das pessoas jurídicas / Tributação na fonte

Fonte: ANALISTA TRIBUTÁRIO / Receita Federal / 2012 / ESAF

Q128.

Com relação à tributação da pessoa jurídica, pode-se afirmar que

- A) a regra é o pagamento com base no lucro real, a exceção é a opção feita pelo contribuinte pelo pagamento do imposto sobre a renda e adicional determinados sobre base de cálculo estimada.
- B) a pessoa jurídica pode optar pelo arbitramento, pois se trata de base de cálculo substitutiva em face de dilação ocorrida na apuração pelo lucro presumido.
- C) a opção do contribuinte pela apuração com base no lucro presumido permite ao contribuinte deixar de apresentar ao fisco sua escrituração contábil.
- D) o contribuinte é sempre obrigado à tributação com base no lucro real.
- E) o contribuinte é livre para optar entre a tributação pelo lucro real, lucro presumido ou arbitrado.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Legislação Tributária / Imposto sobre Produtos Industrializados / Bens de capital

Fonte: ANALISTA DE COMÉRCIO EXTERIOR - GRUPO III / MDIC / 2012 / ESAF

Q129.

Ao dispor sobre o IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados, a Constituição Federal previu que ele terá reduzido seu impacto sobre a aquisição de bens de capital pelo seu contribuinte na forma da lei. Sobre o tema, é incorreto afirmar que:

- A) caberá à lei ordinária federal estabelecer os critérios para a diminuição do impacto do IPI na aquisição de bens de capital.

- B) tal diminuição poderá se dar mediante autorização para apropriação de crédito relativo ao IPI incidente na operação e sua utilização na compensação com o devido pela empresa adquirente em outras operações ou seu ressarcimento em dinheiro.
- C) tal diminuição poderá se dar mediante o estabelecimento de critérios a serem observados pelo Executivo na redução das alíquotas relativas a operações com tais bens.
- D) referido dispositivo constitucional é autoaplicável, no sentido de que tem a eficácia imediata de impedir a validade de lei ou ato normativo que atue em sentido contrário, aumentando o impacto do IPI na aquisição de bens de capital.
- E) referido dispositivo não ampara o reconhecimento do direito à imunidade de tais operações ao IPI.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Legislação Tributária / Imposto sobre Produtos Industrializados / Industrialização

Fonte: ANALISTA TRIBUTÁRIO / Receita Federal / 2012 / ESAF

Q130.

Avalie os itens a seguir e assinale a opção correta.

I. Para fins da incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados, a industrialização é caracterizada como qualquer operação que modifique a natureza, o funcionamento, o acabamento, a apresentação ou a finalidade do produto.

II. O aperfeiçoamento para consumo é considerado como industrialização, para fins da incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados, dependendo do processo utilizado para obtenção do produto e da localização e condições das instalações ou equipamentos empregados.

III. A alteração da apresentação do produto pela colocação de embalagem, ainda que em substituição da original, salvo quando a embalagem colocada se destine apenas ao transporte da mercadoria, é caracterizado como industrialização para fins da incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados.

- A) Somente o item I está correto.
- B) O item I e o item II estão corretos.
- C) Os itens I, II e III estão corretos.
- D) Os itens II e III estão corretos.
- E) Os itens I e III estão corretos.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Legislação Tributária / Imposto sobre Produtos Industrializados / Responsáveis

Fonte: ANALISTA TRIBUTÁRIO / Receita Federal / 2012 / ESAF

Q131.

São responsáveis solidários pelo pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados

- A) os possuidores ou detentores, em relação os produtos tributados que possuírem ou mantiverem para fins de venda ou industrialização, acompanhados ou não de documentação comprobatória de sua procedência.
- B) os adquirentes de mercadorias de procedência estrangeira, no caso de importação realizada por sua conta e ordem, por intermédio de pessoa jurídica importadora.
- C) os transportadores em relação aos produtos tributados que transportarem, acompanhados ou não de documentação comprobatória de sua procedência.
- D) os que consumirem ou utilizarem em outra finalidade, ou remeterem a pessoas que não sejam empresas jornalísticas ou editoras, o papel destinado à impressão de livros, mesmo que não alcançado pela imunidade prevista no art. 150 da Constituição Federal.
- E) os estabelecimentos equiparados a industrial, quanto aos fatos geradores relativos aos produtos que deles saírem, bem como quanto aos demais fatos geradores decorrente de atos que sejam por eles praticados.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Legislação Tributária / Imposto sobre Produtos Industrializados / Estabelecimentos Industriais e equiparados

Fonte: ANALISTA TRIBUTÁRIO / Receita Federal / 2012 / ESAF

Q132.

Avalie os itens a seguir e assinale a opção correta.

São equiparados aos estabelecimentos industriais para fins de incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados:

- I. Os estabelecimentos que comercializam produtos cuja industrialização tenha sido realizada por outro estabelecimento da mesma firma ou de terceiro,

mediante a remessa, por eles efetuada, de matérias-primas, produtos intermediários, embalagens, recipientes, moldes, matrizes ou modelos.

II. Os estabelecimentos, ainda que varejistas, que receberem, para comercialização, diretamente da repartição que os liberou, produtos importados por outro estabelecimento da mesma firma.

III. Os estabelecimentos atacadistas e cooperativas de produtores que derem saída a bebidas alcoólicas.

- A) Somente o item I está correto.
- B) O item I e o item II estão corretos.
- C) Os itens I, II e III estão corretos.
- D) Os itens II e III estão corretos.
- E) Os itens I e III estão corretos.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Legislação Tributária / Imposto sobre Produtos Industrializados / Fato gerador; Base de cálculo

Fonte: AUDITOR FISCAL / Receita Federal / 2012 / ESAF

Q133.

Sobre o Imposto de Importação, e sobre valoração aduaneira, é correto afirmar que:

- A) considera-se estrangeira, para fins de incidência do Imposto de Importação, toda mercadoria nacional ou nacionalizada exportada, que retorne ao País.
- B) o Imposto de Importação incide sobre mercadoria estrangeira que tenha sido objeto de pena de perdimento, exceto na hipótese em que não seja localizada, tenha sido consumida ou revendida.
- C) o fato gerador do Imposto de Importação é a entrada de mercadoria estrangeira no território nacional. Este é o conceito que a doutrina chama de elemento geográfico ou espacial do fato gerador. Para efeito de cálculo, entre outras situações, considera-se ocorrido o fato gerador do Imposto de Importação no dia do lançamento do correspondente crédito tributário, quando se tratar de bens compreendidos no conceito de bagagem, acompanhada ou desacompanhada.
- D) a base de cálculo do Imposto de Importação, quando a alíquota for específica, é o valor aduaneiro apurado segundo as normas do artigo VII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT 1994).
- E) o Acordo de Valoração Aduaneira estabelece seis métodos para o procedimento de valoração aduaneira, cuja utilização deve ser sequencial, de modo que, na impossibilidade de se pautar pelos anteriores, deve ser adotado o método subsequente. São eles: 1 – método do valor de transação ajustado; 2 – método do valor de transação de produtos similares ao importado; 3 – método do valor de transação de produtos idênticos; 4 – método dedutivo; 5 – método computado; 6 – método dos critérios razoáveis ou método residual.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Legislação Tributária / Imposto sobre Produtos Industrializados / Créditos

Fonte: AFRF - TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA / Receita Federal / 2005 / ESAF

Q134.

A restituição de tributos, cujo encargo financeiro possa transferir-se, somente pode ser obtida se o _____ provar que não o transferiu ou que está autorizado pelo _____.

No caso do direito ao creditamento do IPI, não se aplica esta regra, porque não se trata de _____.

- A) contribuinte fisco.... tributo indireto.
- B) sujeito passivo sujeito ativo compensação.
- C) sujeito passivo sujeito ativo restituição do indevido.
- D) contribuinte de direito contribuinte de fato repetição de indébito.
- E) responsável contribuinte repetição de indébito.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Legislação Tributária / Imposto sobre Produtos Industrializados / Isenção

Fonte: AUDITOR FISCAL / Receita Federal / 2012 / ESAF

Q135.

De acordo com a legislação tributária sobre o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), assinale a opção correta.

- A) As bebidas alcoólicas, os produtos de perfumaria ou toucador e as preparações cosméticas industrializadas na Zona Franca de Manaus, com utilização de matérias-primas da fauna e flora regionais, em conformidade com processo produtivo básico, por estabelecimentos com projetos aprovados pelo Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, são isentos de IPI, quando destinados à comercialização em qualquer outro ponto do território nacional.
- B) Os produtos industrializados na Zona Franca de Manaus, destinados ao seu consumo interno, não são isentos de IPI.
- C) Os automóveis de passageiros de fabricação nacional que obedecem às especificações previstas em Lei são isentos de IPI, quando adquiridos por pessoas portadoras de deficiência mental severa ou profunda, ou autistas, desde que atendidos os requisitos previstos na legislação tributária.
- D) Os bens de informática destinados à coleta eletrônica de votos, fornecidos diretamente ao Tribunal Superior Eleitoral, assim como os caixões funerários, são objeto de suspensão de IPI.
- E) Há isenção de IPI sobre hidrocarbonetos, assim entendidos os derivados do petróleo, resultantes da sua transformação, mediante processos genericamente denominados refino ou refinação.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Legislação Tributária / Imposto sobre Produtos Industrializados / Redução e majoração do imposto

Fonte: ANALISTA TRIBUTÁRIO DA RECEITA FEDERAL / Receita Federal / 2009 / ESAF

Q136.

“A redução do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI para geladeiras, fogões, máquinas de lavar e tanquinhos, produtos da linha branca, que encerraria no próximo dia 31, foi prorrogada por mais três meses. A partir de 10 de novembro entra em vigor uma nova tabela cujas alíquotas passam a ser estabelecidas com base na eficiência energética dos produtos, de acordo com a classificação do Programa Brasileiro de Etiquetagem, coordenado pelo Inmetro.

O anúncio foi feito nesta quinta-feira pelo ministro da Fazenda Guido Mantega. “Nós estamos desonerando mais os produtos que consomem menos energia”, explicou. A medida vale até 31 de janeiro de 2010.

Segundo ele, as geladeiras, que antes do IPI baixo tinham uma alíquota de 15%, e recuou para 5%, poderão manter essa mesma alíquota reduzida, mas somente para os produtos da chamada classe “A”, ou seja, com menor consumo de energia. As geladeiras da classe “B” passarão a ter uma alíquota de 10% e o restante voltará a ter um IPI de 15%.”

(Extraído do site www.fazenda.gov.br, notícia de 29.10.2009).

Na notícia acima, identificamos um importante aspecto do IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados. Assinale, entre as opções que se seguem, aquela que explica e justifica tal aspecto, isto é, somente aquele que a notícia mencionada destacou.

- A) Por meio da seletividade, pode-se tributar com alíquotas diferenciadas produtos de acordo com o seu grau de essencialidade.
- B) A notícia demonstra a aplicabilidade do princípio constitucional da capacidade tributária, pois estabelece alíquotas diferenciadas para as diversas categorias de geladeiras existentes no mercado.
- C) O IPI constitui uma exceção à regra geral da legalidade, já que o Poder Executivo pode, a qualquer momento, baixar ou restabelecer as suas alíquotas.
- D) A não-cumulatividade, outra característica do IPI, visa impedir que as incidências sucessivas nas diversas operações da cadeia econômica de um produto impliquem um ônus tributário muito elevado, decorrente da múltipla tributação da mesma base econômica.
- E) A extrafiscalidade consiste na possibilidade de, por meio de alíquotas diferenciadas, estimular-se determinado comportamento por parte da indústria e, conseqüentemente, dos consumidores.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Legislação Tributária / Imposto sobre Produtos Industrializados / IPI na importação

Fonte: ANALISTA ADMINISTRATIVO - ÁREA 1 / ANAC / 2016 / ESAF

Q137.

Assinale o tributo cuja receita não é submetida a nenhuma repartição constitucional.

- A) Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários incidentes sobre o ouro definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial.
- B) Imposto sobre a importação de produtos estrangeiros.
- C) Imposto sobre a propriedade territorial rural.
- D) Imposto sobre as operações relativas à circulação de mercadorias, serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- E) Imposto sobre a propriedade de veículos automotores.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Fonte: AUDITOR FISCAL / Receita Federal / 2012 / ESAF

Q138.

Sobre o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), julgue os itens abaixo, classificando-os como corretos [C] ou errados [E]. Em seguida, escolha a opção adequada às suas respostas.

I. A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) é autorizada a adequar a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), em decorrência de alterações promovidas na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) pela Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), caso as alterações promovidas pela CAMEX impliquem necessidade de adequação de alíquotas na TIPI pela RFB.

II. A empresa comercial exportadora, que adquirir produtos industrializados com fim específico de exportação, é obrigada ao pagamento do IPI suspenso na saída dos produtos do estabelecimento industrial, caso referidos produtos venham a ser destruídos, furtados ou roubados.

III. De acordo com as regras gerais para interpretação de classificação de produtos na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), a classificação de um produto, quando misturado ou composto de mais de uma matéria, efetuar-se-á, alternadamente, por uma das seguintes regras: a) na posição em que tiver descrição mais específica; b) na posição da matéria ou artigo que lhe conferir caráter essencial; c) na posição que der lugar a aplicação da alíquota mais elevada; d) na posição situada em último lugar na ordem numérica, entre as suscetíveis de validamente se tomarem em consideração.

IV. As Notas Complementares (NC) da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), nesta incluídas por Decreto do Executivo, constituem elementos subsidiários de caráter fundamental para a correta interpretação do conteúdo das Posições e Subposições da classificação dos produtos, mas não constituem instrumento hábil para interferir na tributação prevista na TIPI.

- A) Os itens I, II e IV estão corretos.
- B) Os itens I, III e IV estão errados.
- C) Somente os itens II e IV estão corretos.
- D) Os itens I, III e IV estão corretos.
- E) Todos os itens estão errados.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Legislação Tributária / Imposto sobre Produtos Industrializados / Rotulagem e marcação de produtos

Fonte: ANALISTA TRIBUTÁRIO / Receita Federal / 2012 / ESAF

Q139.

Quanto à obrigatoriedade de rotulagem ou marcação de produtos, exigida na legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados, pode-se afirmar, exceto:

- A) a rotulagem ou marcação será feita no produto e no seu recipiente, envoltório ou embalagem.
- B) a rotulagem ou marcação será feita antes da saída do estabelecimento, em cada unidade, em lugar visível, por processo de gravação, estampagem ou impressão.
- C) nos tecidos a rotulagem ou marcação será feita nas extremidades de cada peça, com indicação de sua composição, vedado cortar as indicações constantes da parte final da peça.
- D) no caso de impossibilidade ou impropriedade de rotulagem ou marcação no produto, o fato será comunicado à Receita Federal do Brasil para fins de dispensa.
- E) das amostras grátis isentas do imposto e das que, embora destinadas a distribuição gratuita, sejam tributadas, constarão, respectivamente, as expressões "Amostra Grátis Isenta de IPI" e "Amostra Grátis Tributada".

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Legislação Tributária / Imposto sobre Produtos Industrializados / Selos de controle

Fonte: AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - AFRFB / Receita Federal / 2014 / ESAF

Q140.

Julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção correta.

I. Segundo entendimento recente do Supremo Tribunal Federal, o valor cobrado a título de ressarcimento de custos para utilização do selo especial de emissão oficial para controle do Imposto sobre Produtos Industrializados detém natureza jurídica tributária de contribuição de intervenção no domínio econômico, motivo pelo qual está reservado a lei em sentido estrito.

II. A legislação tributária impõe obrigação acessória consistente na aplicação do selo especial de emissão oficial para controle de determinados produtos sujeitos ao Imposto sobre Produtos Industrializados.

III. A exigência legal de utilização de selos para o controle da produção de algumas mercadorias sujeitas ao Imposto sobre Produtos Industrializados foi recentemente revogada por lei que instituiu, em substituição ao selo, a obrigatoriedade de utilização da nuvem digital para controle de mercadorias, que capta imagens da produção e transporte das mercadorias em tempo real.

IV. A legislação tributária impõe obrigação acessória consistente na instalação de equipamentos contadores de produção, que possibilitem a identificação do tipo de produto, de embalagem e de sua marca comercial, ficando os contribuintes obrigados ao ressarcimento pelo custo necessário à instalação desses equipamentos na linha de produção.

- A) Apenas o item II está correto.
- B) Apenas os itens I e III estão corretos.
- C) Apenas o item III está correto.
- D) Apenas o item IV está errado.
- E) Apenas os itens I e III estão errados.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Legislação Tributária / Imposto sobre Produtos Industrializados / Cigarros

Fonte: AUDITOR FISCAL / Receita Federal / 2012 / ESAF

Q141.

A Lei n. 12.546, de 14 de dezembro de 2011, prevê incidência específica do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre certos tipos de cigarros (Cigarros que contenham tabaco - classificados no código 2402.20.00 da TIPI, com exceção do EX 01). A respeito desta incidência, assinale a opção incorreta.

- A) O IPI em questão será apurado e recolhido, uma única vez, pelo estabelecimento industrial, em relação às saídas dos cigarros destinados ao mercado interno, ou pelo importador, no desembaraço aduaneiro dos cigarros de procedência estrangeira.
- B) O valor a ser pago a título desse IPI é calculado mediante a aplicação da alíquota do tributo sobre a sua base de cálculo, a qual é obtida mediante aplicação de uma porcentagem, cujo mínimo está previsto em lei, incidente sobre o preço de venda a varejo do produto.
- C) O Poder Executivo poderá fixar preço mínimo de venda no varejo dos cigarros de que trata o caput, válido em todo o território nacional, abaixo do qual fica proibida a sua comercialização.
- D) O fabricante dos cigarros em questão é obrigado a Registro Especial junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, cuja concessão dar-se-á por estabelecimento industrial e estará, também, na hipótese de produção, condicionada à instalação de contadores automáticos da quantidade produzida, sendo a ausência de regularidade fiscal uma das hipóteses que pode resultar no cancelamento deste Registro Especial.
- E) A pessoa jurídica industrial ou importadora dos cigarros referidos poderá optar por regime favorecido de apuração e recolhimento do IPI, caso em que, atendidos certos requisitos, a base de cálculo do tributo será o menor preço de venda a varejo do produto, praticado em cada Estado ou no Distrito Federal.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Legislação Aduaneira / Jurisdição Aduaneira / Território Aduaneiro

Fonte: AFRF - TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA / Receita Federal / 2005 / ESAF

Q142.

Assinale a opção correta.

- A) Não integram o valor aduaneiro do bem os gastos relativos a carga, descarga e manuseio, associados ao transporte da mercadoria importada até o ponto onde devam ser cumpridas as formalidades de entrada no território aduaneiro.
- B) Caso não seja possível a determinação do valor aduaneiro pelo método do valor de transação, a autoridade aduaneira está autorizada a, em seguida, definir o valor aduaneiro do bem tendo como parâmetro o preço do produto similar no mercado doméstico.
- C) A autoridade aduaneira no Brasil deve respeitar a seqüência de métodos de valoração aduaneira prevista no Acordo sobre Valoração Aduaneira da OMC. Contudo, caso haja a aquiescência da autoridade aduaneira, o importador pode optar pela aplicação do método do valor computado antes do método dedutivo.
- D) Não integra o valor aduaneiro da mercadoria o custo de transporte do bem importado até o porto ou o aeroporto alfandegado de descarga ou o ponto de fronteira alfandegado onde devam ser cumpridas as formalidades de entrada no território aduaneiro.
- E) O Acordo sobre Valoração Aduaneira da OMC é um dos chamados acordos plurilaterais da Organização, ou seja, vincula apenas os países que desejarem aderir ao Acordo, situação na qual se enquadra o Brasil.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Legislação Aduaneira / Jurisdição Aduaneira / Portos, Aeroportos e Pontos de Fronteira Alfandegados / Alfandegamento

Fonte: ANALISTA TRIBUTÁRIO / Receita Federal / 2012 / ESAF

Q143.

Sobre território aduaneiro, portos, aeroportos e pontos de fronteira alfandegados, recintos alfandegados, e administração aduaneira, é incorreto afirmar que:

- A) o território aduaneiro compreende todo o território nacional.
- B) compreende-se na Zona de Vigilância Aduaneira a totalidade do Estado atravessado pela linha de demarcação, ainda que parte dele fique fora da área demarcada.
- C) com exceção da importação e exportação de mercadorias conduzidas por linhas de transmissão ou por dutos, ligados ao exterior, observadas as regras de controle estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, somente nos portos, aeroportos e pontos de fronteira alfandegados poderá efetuar-se a entrada ou a saída de mercadorias procedentes do exterior ou a ele destinadas.
- D) portos secos são recintos alfandegados de uso público nos quais são executadas operações de movimentação, armazenagem e despacho aduaneiro de mercadorias e de bagagem, sob controle aduaneiro.
- E) a fiscalização aduaneira poderá ser ininterrupta, em horários determinados, ou eventual, nos portos, aeroportos, pontos de fronteira e recintos alfandegados.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Legislação Aduaneira / Controle Aduaneiro de Veículos

Fonte: AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - AFRFB / Receita Federal / 2014 / ESAF

Q144.

Leia o texto abaixo:

"Anápolis-GO (17 de outubro de 2013) - O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior disse que o regime automotivo em vigor desde janeiro de 2013 está atingindo os objetivos de atrair tecnologia para o Brasil. "Com o Inovar-Auto, estamos conseguindo atualizar nossas plantas industriais", disse, durante inauguração de uma linha de veículos em fábrica, em Anápolis-GO, na manhã desta quinta-feira. Desde o lançamento do regime automotivo, 11 montadoras anunciaram a construção ou ampliação de plantas industriais e a vinda para o Brasil. O investimento anunciado desde então já soma R\$8,3 bilhões, parte dele para a produção de veículos do segmento de luxo. O objetivo do governo federal ao lançar o plano é produzir carros mais econômicos e mais eficientes do ponto de vista energético e aumentar a exportação de veículos."

[Texto adaptado. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=1-icia=12745>]

Com base na legislação tributária, assinale a opção correta quanto ao Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores (Inovar-Auto).

- A) O Inovar-Auto é exemplo de anomalia típica do Imposto sobre Produtos Industrializados, pois desonera a carga nacional, reservando toda a incidência tributária para o momento da exportação dos veículos.
- B) O Inovar-Auto é exemplo de seletividade invertida do Imposto sobre Produtos Industrializados, pois desonera a produção de itens supérfluos, como carros de luxo, ao tempo em que aumenta a incidência do tributo sobre veículos utilitários de uso coletivo, tais como os ônibus.
- C) Mediante o cumprimento de certas condições, o Inovar-Auto concede ao contribuinte beneficiado crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados e dedutibilidade de percentual investido em tecnologia do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.
- D) Assim como em outras políticas públicas, tais como o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon), o Inovar-Auto busca metas alheias à arrecadação e troca de dedutibilidade de percentuais de certas despesas com o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e suspensão da exigência do Imposto sobre Produtos Industrializados.
- E) Mediante o cumprimento de certas condições, o Inovar-Auto concede ao contribuinte beneficiado a suspensão do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente no desembaraço aduaneiro de alguns veículos importados.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Legislação Aduaneira / Tributos Incidentes sobre o Comércio Exterior / Regramento Constitucional e Legislação Específica

Fonte: ANALISTA TRIBUTÁRIO / Receita Federal / 2012 / ESAF

Q145.

São tributos incidentes sobre o comércio exterior, exceto:

- A) Imposto de Importação.
- B) Imposto sobre Produtos Industrializados.
- C) Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.
- D) Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Combustíveis.
- E) Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação sobre operações que destinem mercadorias para o exterior.

Legislação Aduaneira / Imposto de Importação / Incidência e Fato Gerador

Fonte: AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - AFRFB / Receita Federal / 2014 / ESAF

Q146.

Sobre o Imposto de Importação, é incorreto afirmar:

- A) não se considera estrangeira, para fins de incidência do imposto, a mercadoria nacional ou nacionalizada exportada, que retorne ao País por motivo de modificação sistemática de importação por parte do país importador.
- B) o imposto não incide sobre mercadoria estrangeira destruída, sob controle aduaneiro, sem ônus para a Fazenda Nacional, antes de desembarçada.
- C) para efeito de cálculo do imposto, considera-se ocorrido o fato gerador no dia do lançamento do correspondente crédito tributário, quando se tratar de bens compreendidos no conceito de bagagem, acompanhada ou desacompanhada.
- D) para efeito de cálculo do imposto, considera-se ocorrido o fato gerador na data do registro da declaração de importação de mercadoria constante de manifesto ou de outras declarações de efeito equivalente, cujo extravio ou avaria tenha sido apurado pela autoridade aduaneira.
- E) caberá restituição total ou parcial do imposto pago indevidamente, a qual poderá ser processada de ofício, nos casos de verificação de extravio ou de avaria.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Legislação Aduaneira / Imposto de Importação / Base de Cálculo e Alíquotas

Fonte: AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA / SEFAZ - SEGEP/MA / 2016 / FCC

Q147.

Siglas utilizadas:

CTN Código Tributário Nacional.

ICMS: Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

IE: Imposto sobre exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados.

II: Imposto sobre importação de produtos estrangeiros.

IOF: Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.

IPI: Imposto sobre produtos industrializados.

IPTU: Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.

IPVA: Imposto sobre a propriedade de veículos automotores.

IR: Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

ISS ou ISSQN: Imposto sobre serviços de qualquer natureza.

ITBI: Imposto sobre transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis.

ITCMD ou ITCD ou ICD ou ITC: Imposto sobre transmissão causa mortis e doação.

ITR: Imposto sobre propriedade territorial rural.

A empresa de Marcelo está considerando a hipótese de importar cestas de natal do exterior, para revendê-las por ocasião das festas de fim de ano. Se ela efetivamente realizar essas importações, terá de recolher todos os tributos incidentes sobre a mercadoria importada. Não havendo disposição de lei em contrário, e considerando que essa importação será feita em dólares americanos, o valor tributário dessa transação, em reais, de acordo com o CTN, será apurado mediante

- A) a aplicação da alíquota do imposto correspondente, diretamente sobre o valor tributário expresso em dólares americanos, tratando-se de incidência de imposto federal ou estadual que deva ser pago pelo importador, em moeda conversível.
- B) sua conversão em moeda nacional, ao câmbio do dia da notificação da efetivação do lançamento tributário, apenas quando se tratar de impostos estaduais e municipais.
- C) sua conversão em moeda nacional, ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador da obrigação, salvo disposição de lei em contrário.
- D) a aplicação da alíquota do tributo correspondente, diretamente sobre o valor tributário expresso em moeda estrangeira, tratando-se de incidência de tributo federal que deva ser pago pelo importador em moeda conversível.
- E) sua conversão em moeda nacional, ao câmbio do dia da efetivação do lançamento tributário.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Legislação Aduaneira / Imposto de Importação / Isenções e Reduções do Imposto de Importação

Fonte: AUDITOR FISCAL / Receita Federal / 2012 / ESAF

Q148.

Acerca das isenções do Imposto de Importação, e sobre a internalização da legislação aduaneira aplicável ao MERCOSUL, é incorreto afirmar que:

- A) a isenção do Imposto aos bens importados por instituições científicas e tecnológicas aplicase a máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, e suas partes e peças de reposição, acessórios, matérias-primas e produtos intermediários, desde que destinados às suas pesquisas.
- B) para fins de aplicação da isenção para bagagem de viajante procedente do exterior, entende-se por bagagem acompanhada a que chegue ao País, amparada por conhecimento de carga ou documento equivalente.
- C) estão excluídos do conceito de bagagem os veículos automotores em geral, as motocicletas, as motonetas, as bicicletas com motor, os motores para embarcação, as motos aquáticas e similares, as casas rodantes, as aeronaves e as embarcações de todo tipo; e as partes e peças desses bens, exceto os bens unitários, de valor inferior aos limites de isenção, relacionados em listas específicas que poderão ser elaboradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Tais bens poderão ingressar no País sob o regime de admissão temporária, sempre que o viajante comprove sua residência permanente em outro país.
- D) a isenção para bens a serem consumidos, distribuídos ou utilizados em evento esportivo, e para premiações e objetos comemorativos aplica-se na importação de material promocional, impressos, folhetos e outros bens com finalidade semelhante, a serem distribuídos gratuitamente ou utilizados em evento esportivo oficial.
- E) segundo o Supremo Tribunal Federal, sob a égide do modelo constitucional brasileiro, mesmo cuidando-se de tratados de integração, ainda subsistem os clássicos mecanismos institucionais de recepção das convenções internacionais em geral, não bastando, para afastá-los, a existência da norma inscrita no art. 4º, parágrafo único, da Constituição da República, que possui conteúdo meramente programático e cujo sentido não torna dispensável a atuação dos instrumentos constitucionais de transposição, para a ordem jurídica doméstica, dos acordos, protocolos e convenções celebrados pelo Brasil no âmbito do MERCOSUL.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Legislação Aduaneira / Imposto de Importação / Reimportação

Fonte: AFRF - TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA / Receita Federal / 2005 / ESAF

Q149.

Segundo a legislação própria, considera-se estrangeira[o] e, salvo disposição em contrário, pode, sobre ela[e], incidir o imposto de importação [salvo se por outra razão seja verificada sua não-incidência]:

- A) mercadoria restituída pelo importador estrangeiro, por motivo de modificações na sistemática de importação por parte do país importador.
- B) mercadoria enviada em consignação e não vendida no exterior no prazo autorizado, quando retorna ao País.
- C) produto devolvido do exterior por motivo de defeito técnico, para reparo ou substituição.
- D) mercadoria nacional que retornar ao País.
- E) produto estrangeiro em trânsito aduaneiro de passagem acidentalmente destruído no País.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Legislação Aduaneira / Imposto de Exportação / Sujeitos Ativo e Passivo

Fonte: ANALISTA TRIBUTÁRIO / Receita Federal / 2012 / ESAF

Q150.

Acerca do Imposto de Exportação, analise os itens a seguir, classificando-os como verdadeiros (V) ou falsos (F). Em seguida, escolha a opção adequada às suas respostas.

- I. A Câmara de Comércio Exterior, observada a legislação específica, relacionará as mercadorias sujeitas ao Imposto de Exportação, mas de acordo com o art. 153, § 10 da Constituição Federal, a alteração das alíquotas do imposto é de competência privativa do Chefe do Poder Executivo.
 - II. Mesmo considerando a função regulatória do Imposto de Exportação, suas alíquotas não poderão ser manejadas sem a observância de condições e limites estabelecidos em lei em sentido estrito.
 - III. Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, é incompatível com a Constituição Federal a norma infraconstitucional que atribui a órgão integrante do Poder Executivo da União a faculdade de estabelecer as alíquotas do Imposto de Exportação.
 - IV. O Imposto de Exportação incide sobre mercadoria nacional ou nacionalizada destinada ao exterior. Considera-se nacionalizada a mercadoria estrangeira importada a título definitivo.
- A) Estão corretos somente os itens II e III.
 - B) Estão corretos somente os itens I e III.
 - C) Estão corretos somente os itens I e II.
 - D) Estão corretos somente os itens II e IV.
 - E) Todos os itens estão corretos.

Legislação Aduaneira / Imposto de Exportação / Incidência e Fato Gerador

Fonte: ANALISTA DE COMÉRCIO EXTERIOR - GRUPO III / MDIC / 2012 / ESAF

Q151.

O Imposto sobre a Exportação – IE, cuja competência pertence à União, incide na exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados. Sobre ele é incorreto afirmar que:

- A) nacionais são os produtos produzidos no próprio país.
- B) nacionalizados são os produtos que tenham ingressado regularmente para incorporação à economia nacional, submetendo-se ao desembaraço aduaneiro, vale dizer, com a respectiva tributação, sendo o caso.
- C) incide também sobre operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do país.
- D) a exportação temporária, quando amparada em regime especial de suspensão de impostos, em que não se tenha a incorporação à economia de outro país, não se sujeita à sua incidência.
- E) o fato gerador ocorre com a saída física do produto do país, pouco importando, portanto, a data do registro da operação no Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Legislação Aduaneira / Contribuição para o PIS/PASEP Importação e COFINS Importação / Incidência e Fato Gerador

Fonte: AUDITOR FISCAL / Receita Federal / 2012 / ESAF

Q152.

Acerca do Imposto sobre Produtos Industrializados na Importação – IPI-Importação, da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços - PIS/PASEP-Importação e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior - COFINS-Importação, analise os itens a seguir, classificando-os como corretos [C] ou errados [E]. Em seguida, escolha a opção adequada às suas respostas.

- I. Não constitui fato gerador do IPI-Importação o desembaraço aduaneiro de produtos nacionais que retornem ao País aos quais tenha sido aplicado o regime aduaneiro especial de exportação temporária, salvo se descumprido o regime.
 - II. Serão desembaraçados com suspensão do pagamento do IPI-Importação as matérias-primas, os produtos intermediários e os materiais de embalagem, importados diretamente por pessoas jurídicas preponderantemente exportadoras ou por estabelecimento industrial fabricante preponderantemente das partes e peças destinadas a estabelecimento industrial fabricante de produto classificado no Capítulo 88 da Nomenclatura Comum do Mercosul.
 - III. A entrada de bens estrangeiros no território nacional é fato gerador da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação. Consideram-se entrados no território nacional os bens que constem como tendo sido importados e cujo extravio venha a ser apurado pela administração aduaneira, exceto quanto às malas e às remessas postais internacionais e à mercadoria importada a granel que, por sua natureza ou condições de manuseio na descarga, esteja sujeita a quebra ou a decréscimo, desde que o extravio não seja superior a três por cento.
 - IV. Há previsão legal de suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação nas importações efetuadas por empresas localizadas na Zona Franca de Manaus, de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem para emprego em processo de industrialização por estabelecimentos industriais instalados na Zona Franca de Manaus e consoante projetos aprovados pelo Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus.
- A) Estão corretos somente os itens II e III.
 - B) Estão corretos somente os itens I e III.
 - C) Estão corretos somente os itens I e II.
 - D) Estão corretos somente os itens II e IV.
 - E) Todos os itens estão corretos.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Legislação Aduaneira / Contribuição para o PIS/PASEP Importação e COFINS Importação / Suspensão do Pagamento

Fonte: AUDITOR FISCAL / Receita Federal / 2012 / ESAF

Q153.

Sobre as suspensões do pagamento e as reduções de alíquotas (programas específicos) da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços - PIS /PASEP-Importação, e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior – COFINS-Importação, assinale a opção correta.

- A) O Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES permite a importação de bens novos destinados ao desenvolvimento, no País, de software e de serviços de tecnologia da informação, quando importados diretamente pelo beneficiário do Regime para incorporação ao seu ativo imobilizado, com suspensão do pagamento da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação.
- B) De acordo com o art. 2º da Lei n. 11.196, de 21 de novembro de 2005, com redação dada pelo art. 52 da Medida Provisória n. 563, de 3 de abril de 2012, é beneficiária do Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES, a pessoa jurídica que exerça preponderantemente as atividades de desenvolvimento de software ou de prestação de serviços de tecnologia da informação, e que, por ocasião da sua opção pelo REPES, assuma compromisso de exportação igual ou superior a setenta por cento de sua receita bruta anual decorrente da venda dos referidos bens e serviços.
- C) O Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP permite a importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, relacionados em ato normativo específico, quando importados diretamente pelo beneficiário do regime para incorporação ao seu ativo imobilizado, com suspensão do pagamento da contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação. O benefício de suspensão poderá ser usufruído nas importações realizadas no período de cinco anos contados da data de adesão ao RECAP.
- D) O Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI permite a importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção, quando importados diretamente pelo beneficiário do regime para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao ativo imobilizado, com redução a um por cento das alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação.
- E) É beneficiária do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI somente a pessoa jurídica que tenha projeto aprovado para implantação de obras de infraestrutura nos setores de transportes, portos, energia e irrigação.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Legislação Aduaneira / Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação vinculado à Importação / Sujeitos Ativo e Passivo

Fonte: AUDITOR FISCAL / Receita Federal / 2012 / ESAF

Q154.

Acerca do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Importação, e o controle exercido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, assinale a opção correta.

- A) Por ocasião do desembaraço aduaneiro, o Fisco Federal deverá se pronunciar sobre a exigibilidade ou não do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.
- B) De acordo com a Súmula n. 661 do Supremo Tribunal Federal, na entrada de mercadoria importada do exterior, é legítima a cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação por ocasião do desembaraço aduaneiro.
- C) A verificação efetuada pela autoridade federal no desembaraço aduaneiro é formal e de mérito, consistindo em se aferir o cumprimento da obrigação tributária de pagamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação mediante a apresentação do comprovante de recolhimento ou juntada do comprovante de dispensa do tributo, expedido pela fazenda estadual.
- D) Compete ao Fisco Federal analisar o preenchimento de suporte fático de norma que trate da exigibilidade ou da dispensa do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.
- E) Quando do desembaraço aduaneiro, o Fisco Federal não reconhecerá como forma de comprovação do pagamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, isenções, incentivos e benefícios fiscais que tenham sido concedidos sem a devida deliberação dos Estados e do Distrito Federal.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Legislação Aduaneira / Regimes Aduaneiros Especiais e Regimes Aduaneiros aplicados em Áreas Especiais / Disposições Gerais e Específicas de cada Regime e de cada Área

Fonte: ANALISTA TRIBUTÁRIO / Receita Federal / 2012 / ESAF

Q155.

Sobre as disposições constitucionais relativas aos tributos incidentes sobre comércio exterior, e sobre a Zona Franca de Manaus, assinale a opção correta.

- A) Ao dispor sobre o Imposto de Importação, o art. 153, I, da Constituição Federal, reza que compete à União instituir impostos sobre importação de bens estrangeiros.
- B) O Imposto sobre Produtos Industrializados incide sobre mercadorias industrializadas destinadas ao exterior.
- C) Com o objetivo de fomentar as exportações, a Constituição Federal atribui, excepcionalmente, aos Estados e ao Distrito Federal a competência para exonerar os contribuintes do Imposto de Exportação.
- D) O art. 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), manteve a Zona Franca de Manaus, com suas características de área de livre comércio, de exportação e importação, e de incentivos fiscais, pelo prazo de vinte e cinco anos, a partir da promulgação da Constituição Federal.

- E) O art. 92 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, incluído pela Emenda Constitucional n. 42, de 19 de dezembro de 2003, acrescentou quinze anos ao prazo fixado no art. 40 do ADCT.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Legislação Aduaneira / Bagagem e Regime Aduaneiro de Bagagem no MERCOSUL

Fonte: AFRF - TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA / Receita Federal / 2005 / ESAF

Q156.

Assinale a opção incorreta.

- A) No âmbito do Mercosul, adotou-se um regime para a aplicação de medidas de salvaguarda às importações provenientes de países não-membros do bloco.
- B) O sistema de solução de controvérsias do Mercosul, definido pelo Protocolo de Olivos, estabelece um Tribunal Permanente de Revisão para o julgamento de recursos contra decisões dos Tribunais Arbitrais Ad Hoc – o que não existia no Protocolo de Brasília, antecessor do de Olivos.
- C) Em 2004, o Mercosul concluiu acordos comerciais, por exemplo, com a Índia e com a SACU (União Aduaneira Sul-Africana, formada por África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia), e atualmente negocia acordos com outros países.
- D) Muito embora o Mercosul almeje à conformação de um mercado comum, atualmente o bloco se encontra no estágio de união aduaneira imperfeita (ou incompleta). Para a conclusão dessa etapa, basta a eliminação das exceções ao livre-comércio intrabloco.
- E) De acordo com o Protocolo de Ushuaia, a plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o processo de integração entre seus signatários (países do Mercosul, Bolívia e Chile). Prevê o Protocolo que a ruptura da ordem democrática em um dos países pode levar à suspensão de seus direitos e obrigações nos processos de integração entre os membros desse Protocolo.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Legislação Aduaneira / Pena de Perdimento / Hipóteses de Aplicação

Fonte: ANALISTA TRIBUTÁRIO / Receita Federal / 2012 / ESAF

Q157.

Analise os itens a seguir, classificando-os como verdadeiros (V) ou falsos (F). Em seguida, escolha a opção adequada às suas respostas.

I. O art. 23 do Decreto-Lei n. 1.455, de 7 de abril de 1976, dispõe sobre infrações consideradas dano ao Erário. De acordo com tal dispositivo, o dano ao erário decorrente das infrações previstas no caput do artigo será punido com a pena de perdimento das mercadorias. O aludido artigo também reza que as infrações previstas em seu caput serão punidas com multa equivalente ao valor aduaneiro da mercadoria, na importação, ou ao preço constante da respectiva nota fiscal ou documento equivalente, na exportação, quando a mercadoria não for localizada, ou tiver sido consumida ou revendida, observados o rito e as competências estabelecidos no Decreto n. 70.235, de 6 de março de 1972.

II. Na hipótese de decisão administrativa ou judicial que determine a restituição de mercadorias que houverem sido destinadas, será devida indenização ao interessado, com recursos do Fundaf, tendo por base o valor declarado para efeito de cálculo do imposto de importação ou de exportação. Porém, tomar-se-á como base o valor constante do procedimento fiscal correspondente nos casos determinados na legislação.

III. A denúncia espontânea exclui a aplicação de penalidades de natureza tributária ou administrativa, com exceção das penalidades aplicáveis na hipótese de mercadoria sujeita a pena de perdimento.

IV. Aplicam-se às atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção de que trata a Lei n. 12.351, de 22 de dezembro de 2010, os regimes aduaneiros especiais e os incentivos fiscais aplicáveis à indústria de petróleo no Brasil.

- A) Estão corretos somente os itens I e III.
- B) Estão corretos somente os itens I, II e III.
- C) Estão corretos somente os itens I e II.
- D) Estão corretos somente os itens III e IV.
- E) Todos os itens estão corretos.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Legislação Aduaneira / Procedimentos Especiais de Controle Aduaneiro

Fonte: AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - AFRFB / Receita Federal / 2014 / ESAF

Q158.

De acordo com a legislação aduaneira, é correto afirmar:

- A) segundo o Regulamento Aduaneiro, são dois os documentos que devem obrigatoriamente instruir a declaração de importação: a via original do conhecimento de carga ou documento de efeito equivalente e a via original da fatura comercial, assinada pelo exportador. Não poderão ser exigidos outros documentos instrutivos em razão de que tal exigência ofenderia o princípio da legalidade estrita.
- B) a fim de determinar o tipo e a amplitude do controle a ser efetuado na conferência aduaneira, a legislação determina que serão adotados canais de seleção. Pelo canal de conferência cinza, será realizado o exame documental, a verificação da mercadoria e a aplicação de procedimentos especiais de controle aduaneiro, para verificar elementos indiciários de fraude.
- C) o cancelamento da declaração de importação exime o importador da responsabilidade por eventuais infrações.
- D) aplica-se a pena de perdimento da mercadoria saída da Zona Franca de Manaus sem autorização da autoridade aduaneira, quando necessária, por configurar crime de descaminho.
- E) a denúncia espontânea exclui a aplicação de multas de natureza tributária ou administrativa, inclusive das aplicáveis na hipótese de mercadorias sujeitas à pena de perdimento.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Legislação Aduaneira / Destinação de Mercadorias

Fonte: ANALISTA TRIBUTÁRIO / Receita Federal / 2012 / ESAF

Q159.

Analise os itens a seguir, classificando-os como verdadeiros (V) ou falsos (F). Em seguida, escolha a opção adequada às suas respostas.

I. Compete ao Ministro de Estado da Fazenda autorizar a destinação de mercadorias abandonadas, entregues à Fazenda Nacional ou objeto de pena de perdimento.

II. A destinação das mercadorias a que se refere o art. 28 do Decreto-Lei n. 1.455, de 7 de abril de 1976, será feita das seguintes formas: alienação; incorporação ao patrimônio de órgão da administração pública; destruição; ou inutilização.

III. O produto da alienação de que trata a alínea a do inciso I do caput do art. 28 do Decreto-Lei n. 1.455, de 7 de abril de 1976, terá a seguinte destinação: sessenta por cento ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf), instituído pelo Decreto-Lei n. 1.437, de 17 de dezembro de 1975; e quarenta por cento à seguridade social.

IV. Compete ao Presidente da República dispor sobre outras formas de destinação de mercadorias.

- A) Estão corretos somente os itens I e III.
- B) Estão corretos somente os itens I, II e III.
- C) Estão corretos somente os itens I e II.
- D) Estão corretos somente os itens III e IV.
- E) Todos os itens estão corretos.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Legislação Aduaneira / Subfaturamento e Retenção de Mercadorias

Fonte: AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL / SEFAZ/CE / 2006 / ESAF

Q160.

Considerando as normas relativas à fiscalização, aplicáveis ao ICMS, marque as afirmativas abaixo com F para falsa e V para verdadeira e, a seguir, assinale a opção que contém a sequência correta.

() Compete exclusivamente aos Auditores do Tesouro Estadual a retenção de mercadorias em situação irregular.

() Encontrando mercadoria acompanhada de documento fiscal cuja irregularidade seja passível de reparação, o agente do Fisco notificará o contribuinte ou responsável para que sane a irregularidade no prazo de 3 dias.

() A guarda e depósito de mercadoria retida por estar em situação irregular pode, em determinadas condições, ser confiada ao próprio autuado.

- A) F, V, V.
- B) F, F, F.
- C) F, V, F.
- D) V, V, F.
- E) V, V, V.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Fonte: ANALISTA TRIBUTÁRIO DA RECEITA FEDERAL / Receita Federal / 2009 / ESAF

Q161.

O Acordo sobre Valoração Aduaneira define procedimentos para se determinar o valor a ser considerado pelas autoridades aduaneiras para a imposição dos tributos incidentes sobre a importação de um bem. Considerando tais procedimentos, assinale a opção correta.

- A) O valor de transação de mercadoria idêntica ou, sucessivamente, de mercadoria similar deve ser considerado como base para a valoração aduaneira quando da impossibilidade de se aplicar, como base primeira, o valor de transação.
- B) No caso da impossibilidade de determinação do valor de transação, o Acordo determina que compete à autoridade aduaneira, em seguida, calcular o valor aduaneiro a partir da estimativa de todos os custos associados à produção do bem considerado e, de acordo com o Termo Internacional de Comércio (Incoterm) que rege a operação comercial, dos custos assumidos diretamente pelo importador.
- C) Quando houver impedimentos para a aplicação do valor de transação, devem o importador e a autoridade aduaneira acordar o valor a ser considerado, tomando por base os custos assumidos direta e indiretamente pelo importador.
- D) O valor computado, ou seja, o preço de revenda, no mercado nacional, de mercadoria importada idêntica ou similar é que servirá de base para a determinação do valor aduaneiro quando da impossibilidade de se estimar os custos de produção no exterior e de todas as despesas incorridas na importação da mercadoria a ser gravada.
- E) O valor dedutivo é o critério final para a determinação do valor aduaneiro.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Legislação Aduaneira / Mercadoria Avariada e Extraviada / Definição

Fonte: AUDITOR FISCAL / Receita Federal / 2012 / ESAF

Q162.

Sobre mercadorias avariadas e extraviadas; alfandegamento; e sobre infrações e penalidades dispostas na legislação aduaneira, é correto afirmar:

- A) considerar-se-á, para efeitos fiscais, dano ou avaria qualquer prejuízo que sofrer a mercadoria ou seu envoltório; e extravio toda e qualquer falta de mercadoria, ressalvados os casos de erro inequívoco ou comprovado de expedição.
- B) os créditos relativos aos tributos e direitos correspondentes às mercadorias extraviadas na importação serão exigidos do responsável mediante lançamento por declaração. Porém, fica dispensado o referido lançamento na hipótese de o importador ou de o responsável assumir espontaneamente o pagamento dos tributos.
- C) salvo disposição expressa em contrário, a responsabilidade por infração depende da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.
- D) compete à Secretaria da Receita Federal do Brasil definir os requisitos técnicos e operacionais para o alfandegamento dos locais e recintos onde ocorram, sob controle aduaneiro, movimentação, armazenagem e despacho aduaneiro de mercadorias procedentes do exterior, ou a ele destinadas, com exceção daquelas sob regime aduaneiro especial, bagagem de viajantes procedentes do exterior, ou a ele destinados, e remessas postais internacionais.
- E) a pessoa jurídica de que tratam os arts. 35 e 36 da Lei n. 12.350, de 20 de dezembro de 2010, responsável pela administração de local ou recinto alfandegado, fica sujeita, observados a forma, o rito e as competências estabelecidos no art. 76 da Lei n. 10.833, de 29 de dezembro de 2003, à aplicação direta da sanção de suspensão das atividades de movimentação, armazenagem e despacho aduaneiro de mercadorias sob controle aduaneiro, referidas no caput do art. 34 da Lei n. 12.350, de 20 de dezembro de 2010.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>